

Economia Popular Solidária em Pernambuco

***Conexão entre a Prática na Sociedade
e os Estudos na Universidade***



Ana Cristina Brito Arcoverde
Éder Lira de Souza Leão
Thiago Ferreira Dias
(organizadores)

É livre a reprodução do conteúdo deste livro desde que citada a fonte. E tal com este livro e sua reprodução não poderão ser objeto de comercialização.

Impressão e Acabamento: Editora Livro Rápido

Capa e Diagramação: Ildembergue Leite

Revisão do texto: Renata Carneiro de Holanda e Sílvia Elizabete Figueira Ramos

Equipe de Trabalho do I Seminário sobre Economia Popular Solidária: Conexão entre a Prática na Sociedade e os Estudos na Universidade:

Ana Cristina Brito Arcoverde (Professora do Departamento de Serviço Social - UFPE), Éder Lira de Souza Leão (Graduando em Ciências Econômicas - UFPE), Thiago Ferreira Dias (Mestrando em Administração e Desenvolvimento Rural - UFRPE), Renata Carneiro de Holanda (Mestranda em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - UFRPE), Flávio do Nascimento Duarte (Graduando em Ciências Econômicas - UFPE), Cinthia Lins Galindo (Graduanda em Fisioterapia - UNIVERSO).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPE

Economia popular solidária em Pernambuco: conexão entre a prática na sociedade e os estudos na universidade / organizadores Ana Cristina Brito Arcoverde, Éder Lira de Souza Leão e Thiago Ferreira Dias. – Recife: Livro Rápido, 2007. 107 p.

ISBN: 978-85-7716-318-2

1. Economia social. 2. Cooperativismo. 3. Ecologia agrícola. 4. Agricultura familiar. 5. Extensão universitária – Pernambuco. I. Arcoverde, Ana Cristina Brito. II. Souza Leão, Éder Lira de. III. Dias, Thiago Ferreira. IV. Título.

CDU 334
CDD 334

SUMÁRIO

	Apresentação	4
	Prefácio	5
1	Experiências da Zona da Mata de Pernambuco	7
	1.1. A Experiência da ASSIM – Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos (Lagoa de Itaenga / Mata Norte) Luiz Damião Barbosa	7
	1.2. A Experiência da Usina Catende-Harmonia (Catende/ Mata Sul) Thiago Ferreira Dias	17
2	Pesquisa e Extensão sobre temáticas da Economia Solidária na UFPE e UFRPE	28
	2.1. Contradição Dialética da Economia Solidária entre a Dádiva e a Competição Aécio Gomes de Matos	28
	2.2. A Experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares em Pernambuco Guilherme J. de V. Soares	38
3	Mapeamento da Economia Popular Solidária em Pernambuco: Perfil dos Empreendimentos	55
	3.1. Economia Solidária em Pernambuco: Alternativa de Emancipação Frente ao Desemprego e à Exclusão Social? Professora Ana Cristina Brito Arcoverde	55
	3.2. Projeto de Mapeamento da Economia Solidária em Pernambuco Paulo de Jesus	70
4	Legislação Estadual sobre Economia Popular Solidária, as ações Governamentais e perspectivas do Movimento no Estado	85
	Teresa Leitão Eugênio Autran Rosana Pontes	

APRESENTAÇÃO

O livro foi organizado para apresentar os melhores momentos do I Seminário Pernambucano sobre Economia Popular Solidária: Conexão entre a Prática na Sociedade e os Estudos na Universidade (I SPEEPS).

O I SPEEPS ocorreu nos dias 26 e 27 de Janeiro de 2006, no Auditório do Centro de Ciências Sociais Aplicadas/UFPE; realização do Núcleo de Economia Solidária da UFPE (NECSO) em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão e o Projeto Conexões de Saberes.

O seminário sobre economia popular solidária foi organizado na UFPE visando mostrar importantes experiências em economia solidária de Pernambuco, além de promover debates sobre resultados de estudos gerados por núcleos de pesquisa da UFPE e UFRPE. Houve ainda uma discussão em torno da Lei Estadual de fomento à economia popular solidária, em vigor desde 2005. Trata-se de trabalho que teve participação do Fórum de Economia Popular Solidária de Pernambuco.

O evento teve como ideal integrar gestores públicos, empreendedores solidários, sociedade civil e suas organizações à academia. Como também articular as duas instituições federais participantes – UFPE e UFRPE, no que respeita a atividade de ensino, pesquisa e extensão.

Como desdobramentos mais imediatos estão sendo realizadas ações em parceria com a Associação do Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos (ASSIM) de Lagoa de Itaenga; Pró-Reitoria de Extensão da UFPE (PROEXT) e Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Superior (MEC/SESu), para realização do projeto de extensão Jovens Agricultores Comunicando e Protagonizando a Economia Solidária e Agroecologia e a Feira de Economia Solidária e Agroecologia, no Campus da UFPE, semanalmente, promovendo conexão entre estudos universitários e a realidade social.

PREFÁCIO

O que agora é publicado em livro, dirigido a todos aqueles que se interessam pela temática ou por formas da chamada economia solidária – seja como estudioso, espectador ou produtor – representa uma das contribuições do NECSO como núcleo que trabalha combinando atividades de extensão e pesquisa.

O NECSO, um dos grupos de pesquisa da UFPE, criado em 2004 e devidamente registrado no Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) – do qual fazemos parte como líderes a Professora Ana Cristina Brito Arcoverde e eu –, vem trabalhando tendo como fio metodológico a combinação entre pesquisa e extensão. Trata-se de envolver professores (pesquisadores) e estudantes (pesquisadores em formação) na tarefa de implementar uma ação social – ao mesmo tempo em que seja desenvolvido um trabalho de avaliação dessa ação. Sempre que possível, tal combinação é feita. Trata-se de treinar o pesquisador para aquilo que é um elemento insistentemente ausente ou raro no panorama brasileiro – criar programas e ao mesmo tempo desenvolver mecanismos sistemáticos de avaliação de cada programa, pelo menos no que respeita aos que consomem maior volume de recursos; os vários programas sociais criados no Brasil a partir de 1995 não tiveram contrapartida em mecanismos sistemáticos e duradouros de avaliação. O caminho é penoso e a curta experiência do NECSO já atesta tal fato.

As atividades do Núcleo, que podem ser acompanhadas a partir dos relatórios anuais e dos folders disponíveis na sala desse grupo de pesquisa (Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da UFPE) já compreendem um leque relativamente amplo em comparação com o curto período de existência formal do grupo, que privilegia atividades interdisciplinares.

O seminário que fornece o material para este livro foi uma das atividades do NECSO que logrou reunir um considerável número de pesquisadores e interessados, no primeiro mês do ano

passado, para discussões sobre economia solidária: “I Seminário Pernambucano sobre Economia Popular Solidária (I SPEEPS)”.

Os textos aqui incorporados – resultantes das contribuições dos painelistas e de organizadores do evento – contemplam questões teóricas e aspectos de natureza prática e os autores são pesquisadores, estudantes, empreendedores, representantes de entidades associativas, do poder legislativo e do poder público. Relatos de experiências, aspectos teóricos, mapeamento de experiências de economia solidária em Pernambuco e questões referentes a aspectos da legislação constituem os pilares do livro ora tornado público: que seja útil àqueles que de alguma forma tenham interesse em um fenômeno que, em vez de sucumbir à avassaladora onda de transformações econômicas, sociais, organizacionais e tecnológicas no mundo, reproduz relações sociais singulares e acentua a heterogeneidade da moderna sociedade capitalista.

Recife, 21 de maio de 2007.

Tarcisio Patrício de Araújo

Professor do Departamento de Ciências Econômicas / UFPE

Líder do Núcleo Economia Solidária

1 EXPERIÊNCIAS DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

1.1. A EXPERIÊNCIA DA ASSIM – ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO IMBÉ, MARRECOS E SÍTIOS VIZINHOS (LAGOA DE ITAENGA / MATA NORTE)

Luiz Damião Barbosa¹

Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores das Comunidades do Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos – ASSIM

A associação fica localizada na região da Zona da Mata Norte de Pernambuco, zona rural de Lagoa de Itaenga, a seis quilômetros da cidade. Fundada em 1998, na época os municípios do Nordeste estavam passando por uma grande seca e faziam parte do Governo no PRONAF. Várias associações foram criadas com essa finalidade, da qual eu fazia parte. Comecei participando e observando que não era a Associação que havíamos fundado, com a mesma finalidade. Poderíamos ter muitos outros objetivos, muitas outras finalidades e muitas coisas construídas, dentro da própria comunidade para os nossos associados.

Em 1999-2000 comecei com a tecnologia alternativa em Glória do Goitá e lá fomos capacitados na agricultura orgânica, onde, na comunidade, antigamente o pessoal só plantava o cultivo de monocultura, uma parte cana de açúcar, outra parte mandioca, tudo convencional. Graças a Deus que, apesar de ser convencional, eles não usavam agrotóxico. No início, nós começamos com o SERTA² que fez a capacitação em Lagoa de Itaenga, na comunidade do Imbé e Marrecos. O primeiro a ser capacitado fui eu, em 2000 e em 2001. Já comecei a produzir, numa pequena área em que meu pai plantava cana de açúcar. Tive que trabalhar, convencê-lo

¹ Agricultor e Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos do município de Lagoa de Itaenga-PE.

² Serviço de Tecnologia Alternativa (www.serta.org.br).

a me dar uma pequena área para que eu pudesse plantar minha agricultura orgânica. E ele disse: “Eu vou deixar de plantar cana pra plantar hortaliças e essas coisas?” Falei: Pai! Vamos fazer uma experiência. Ele me deu meio hectare. Comecei a plantar, vender para o próprio município, tentando divulgar o trabalho no próprio município. Já começou a dar o retorno. Hoje, estou com um hectare e meio, produzindo hortaliça, inhame, macaxeira, banana. Em três meses tiro o dinheiro que a cana passava um ano para tirar. Todos gostaram da experiência, mas na comunidade só havia eu, por causa das dificuldades para comercializar o meu produto. Foi que eu pude mostrar a minha experiência, que estava dando certo. Hoje, outros começaram também a aderir ao plantio da agricultura orgânica.

Em dezembro de 2001 abrimos um espaço em Boa Viagem, próximo ao Primeiro Jardim, na Praça Jules Rimet. Essa é uma parceria com o pessoal do Centro Sabiá³, porque o pessoal já tinha experiência em capacitar e plantar, mas não tinha a experiência da comercialização. Essa parceria é realizada junto com o pessoal do Centro Sabiá para que pudéssemos ter também a experiência da comercialização. Fizemos reuniões junto ao pessoal do Trapiá (Riacho das Almas). No período inicial houve muitas reuniões. Neste mesmo ano abrimos o espaço que hoje já está com cinco anos em Boa Viagem. Atualmente sou coordenador desse Espaço Agroecológico de Boa Viagem. Lá é composto pela Associação Amigos do Meio Ambiente, de Gravatá, e há a Associação, também de Mocotó e Bom Jardim. A rotina da feira é a seguinte: a gente chega às quatro e meia da manhã, comercializa o nosso produto, tanto eu como o pessoal das outras entidades. Temos também uma assessoria, e essa assessoria é dada pelo pessoal do Sabiá, que fica nos acompanhando na feira para ver como está o andamento do espaço.

³ O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, fundado em 1993, é uma organização não-governamental com sede no Recife (PE), que trabalha com agricultores e agricultoras familiares desenvolvendo e multiplicando a agricultura agroflorestal, também conhecida como agrofloresta.

A organização do espaço agroecológico compõe-se de uma coordenação. No espaço de Boa Viagem nos reunimos a cada quarenta em cinco dias para discutir, fazemos três assembléias ao ano. Nesse espaço demos o nosso ponta-pé inicial em comercialização, pois produzir e não ter espaço para comercializar, fica difícil de andar. A nossa preocupação era com os espaços de comercialização. E antes, a experiência que eu tinha de comercialização era ajudar meus irmãos na bodega. Eles tinham uma bodega no sítio e a experiência que eu tinha era essa. Mas, a partir do momento que tive contato com aquele pessoal de Boa Viagem, fizemos uma clientela de advogados, médicos, entre outras pessoas. Esta relação é uma relação de amizade e procuramos fazer uma comercialização diferente. Não é chegar para o cliente e simplesmente vender, tem que conversar. Chegam clientes na feira às cinco horas da manhã, só vão embora as dez, onze horas, ficamos trocando idéias. Quer dizer, é uma relação gostosa que começamos a criar com os nossos consumidores para que ficasse uma coisa diferente. Procuramos informar, dar detalhes. Os consumidores têm aquela liberdade de chegar pra gente e perguntar, se informar, saber sobre a entidade, sobre a produção orgânica. Convidamos para visitar o local em que a gente produz. Então, vemos que é um passo importante, onde a gente troca experiências.

Nós que usamos o transporte, muitas vezes ele quebra, e os consumidores dizem: Mas o fulano não chegou ainda? Eles conhecem cada um pelo nome e a gente vai trocando experiências.

E a ASSIM, junto com o pessoal do SERTA, também fazia parte. Em 2004, o SERTA juntamente com a equipe construiu a EcoOrgânica - Cooperativa de Produtores Familiares Orgânicos⁴, que tem a sede em Vitória de Santo Antão. Lá passei até 2004. Em 2005, a gente teve algumas dificuldades de relacionamento. Não gostei muito e saí da Ecoorgânica, mas continuei comercializando.

⁴ www.hortaevida.org.br

Hoje a gente está com uma parceria com o pessoal da Incubacoop. A Universidade Federal Rural de Pernambuco também dá esse apoio lá.

A equipe é formada por vários alunos, professores e técnicos da economia doméstica, agronomia. Há alguns técnicos formados em agronomia orgânica, acompanham a gente. O pessoal da Universidade veio para levantar mais o nosso astral e poder, levando a comunidade a se apresentar e aparecer em eventos como, por exemplo, o que participamos em novembro de 2005 (III Festival da Economia Popular Solidária de Pernambuco)

Temos participado. Fizemos parte da reunião da construção do Conselho Estadual de Economia Solidária, onde pudemos participar e ter a oportunidade de mostrar o nosso trabalho. E, dentro da comunidade, procuramos desenvolver nossa capacidade, desenvolver um trabalho que possa gerar renda com o trabalho comunitário. Hoje, temos produtores que estão tirando em média um salário e meio porque não têm condições de produzir mais devido à falta de estrutura, como eletrificação, bombas, carregar a água de regador, a produtividade dele fica mais baixa, é menor. Mas, em média, atualmente, está tirando um salário mínimo livre. Hoje, como a gente vive numa área de cana de açúcar, está chegando o período do corte, vai entrar no período de safra e, nesse período de safra, a dificuldade aumenta, pois agora não tem chuva e a gente tem que usar alternativas que estão na agricultura orgânica, onde as mulheres também fazem parte do grupo com o artesanato, como vocês podem ver – pintura, bordado. Estamos fazendo aquela experiência que já existe na comunidade e muitas vezes são esquecidas.

Meu pai disse que, quando não tinha trabalho, ele começava a tirar do mato cipó e junco, que é um negócio que faz esteira. Ele fazia e começava a ganhar dinheiro. Mas, hoje, a nossa juventude na comunidade não está muito interessada nisso. E a gente está pegando essa experiência daqueles mais velhos, vendo o que eles sabem fazer e tentando mostrar para os jovens que não é feio

você trabalhar dignamente, tirar a sua renda dignamente fazendo uma esteira, oferecendo a um e a outro, fazendo cesto, porque no interior a gente usa muito isso, e estamos procurando fazer isso com as mulheres que trabalhavam na agricultura, mas que estavam lá com aquela experiência isolada. Uma fazia individual, outra fazia para si mesma. Eu as trouxe para associação, hoje as mulheres estão fazendo parte da diretoria. Cinquenta por cento de mulheres e cinquenta por cento de homens fazem parte da diretoria. Elas participam, tomam decisão, também porque a mulher tem um toque especial.

Nós estamos com essa experiência com a Incubacoop/UFRPE. Gostamos muito do que eles nos oferecem. Eles chegam para nós e dizem: nós não vamos fazer. Vocês vão fazer e nós fazemos juntos. Isso é bom, porque a gente procura junto com eles fazer, e a gente aprende. Mas, muitas vezes chega uma entidade que só faz individual. Mas, o importante é quando a entidade vem da comunidade e o trabalho envolve toda a comunidade. Um trabalho individual com as pessoas não vai fortalecer de maneira nenhuma a comunidade, porque para quem está aprendendo não é muito interessante, quando ela se for, quem vai ficar com a experiência? É por isso que eu sempre digo ao povo: nunca tente fazer algo só, porque aí só fica alguma coisa para vocês e é mais difícil você fazer sozinho.

Quando eu comecei tinha que carregar os meus produtos, seis quilômetros para Lagoa de Itaenga, de bicicleta, para depois vendê-los. Se eu tivesse fazendo isso individual, estava até hoje no mesmo lugar. Hoje, a gente tem o transporte para vir cedo para o Recife, o transporte está custando R\$ 160,00 para trazer as mercadorias até Olinda e levar. É dividido, quem traz mais paga mais, não tem esse negócio de dividir igual, quem traz mais produto, paga mais. E isso é uma experiência que a gente está fazendo e está querendo passar para os outros.

Tem gente que diz assim: “Faz quarenta anos que eu vivo na agricultura, agora vem esse pessoal nos ensinar a plantar”. E eu

digo: vejo tudo diferente, que a gente tem que renovar porque se a gente continuar nessa mania de plantar e continuar do jeito que a gente vinha plantando, vai chegar um tempo que a gente não vai conseguir produzir. E a realidade é essa. As pequenas propriedades que continuam não alimentando o solo, só tirando, fica difícil. Meu pai diz assim: “Eu plantava tomate e não precisava de nenhum tipo de defensivo e nenhum tipo de agrotóxico”. E eu digo: “Mas meu pai, naquele tempo existia o desmatamento que existe hoje? Havia a quantidade de queimadas que está existindo hoje? Existia essa grande quantidade de poluição que existe hoje?” Ele disse: “Não”. Sabe porquê? Porque muitas vezes quando o homem desmata uma mata, os insetos que estão lá e que conseguem escapar vêm para onde tem alguma coisa plantada. E se a gente começar a destruir, eles vão comer as nossas hortaliças, a nossa plantação, porque eles não vão ficar sem se alimentar. Naquele tempo era bom porque o meio ambiente ainda estava equilibrado. Ele falava em 1964.

Hoje, a gente tem que diversificar a produtividade porque isso é fundamental, e se a gente deixar uma diversificação de mato, os insetos vão se alimentar dali e não vão diretamente prejudicar as hortaliças. Então, o produtor tem que visar a natureza para começar a produzir. Porque a gente tem que trabalhar de acordo com o que a natureza pede. Se a gente começar a insistir, insistir, sem fazer parceria com a natureza, não vai dar certo. É o modo diferente de produzir, você tem que ir ao encontro daquilo que a natureza está lhe dizendo. Se você fizer uma curva de nível naquela ladeira, todo o esterco que você colocar, toda a adubação que você colocar ali, quando a chuva vier vai tudo pra baixo. Mas, se você fizer uma retenção, mesmo que a chuva carregue, você pode fazer a limpeza e voltar novamente, pois não adianta plantar ladeira acima se não fizer o que é preciso. Tinha coisa que eu achava que não tinha importância, e hoje eu vejo que foi muito importante o conhecimento que eu aprendi no SERTA.

Hoje eu passo por lá – onde havia passado uns seis meses trabalhando como produtor difusor – o pessoal do SERTA me indicou, eles e uns produtores de uma comunidade, pra trabalhar como produtor difusor, que é o seguinte: Trabalha na sua propriedade, vê que está dando certo, passa para outras pessoas. Porque você trabalha assim, se você está produzindo e você não tem condições de vir para feira, você manda o seu produto pelo seu companheiro. Mais ou menos dez companheiros estão mandando produtos junto com a gente. Tem que ter o lado de confiança, graças a Deus, nunca houve problema de desconfiança. A gente trabalha de forma muito legal para que todos confiem e esse procedimento possa continuar, porque se um grupo começa a trabalhar desonestamente fica difícil de outra pessoa confiar naquele grupo. Vê-se confusão, se vê desunião, dificilmente outras, pessoas vão querer ir para aquele grupo, mas se há uma transparência, se há uma coisa correta, fica muito fácil de outras pessoas vir para o grupo.

E hoje também é importante a participação dos jovens. Temos um jovem que está aqui, chamado Danilo. Ele começou, mais ou menos em 2003, produzindo orgânicos e, em 2004, o pai dele trabalhava como entregador (motorista) da Usina Petribú. E ele foi dizendo: papai, por que você não sai da usina e vem trabalhar comigo? Hoje eles estão trabalhando juntos, ele está mais aliviado porque serviço de usina é um serviço puxado em que ele tem um determinado tempo pra tirar aquela quantidade de cana. Estão se dando muito bem. Quer dizer, a inclusão do adolescente em todo esse movimento que a gente faz é importante, porque se ficar só aquela pessoa, esse trabalho vai dar continuidade. É difícil trazer o jovem para uma reunião de associação, traz pra participar porque ele sempre diz assim: Esse negócio de associação é negócio pra velho. Mas, quando você bota alguma coisa que chame o jovem ele participa. Um exemplo: O que foi que a gente fez o ano passado. Colocou uns prêmios na rifa, um liquidificador, uma televisão, um celular. Para que essa rifa? Para comprar um computador, porque

todo jovem quer ter um computador. Graças a Deus conseguimos comprar um computador, não foi instalado ainda, se Deus quiser daqui a quinze dias a gente está com ele instalado e, assim, vai ser uma forma da gente chamar os jovens para participar porque eles gostam de ter o privilégio de estar acessando um computador. É uma maneira da gente trazer o jovem para participar e a gente também está incentivando na área cultural. Lá, a gente tem o Coco de Roda, Maracatu, tem Cirandeiro e no dia 11 de Janeiro a gente recebeu um grupo de pessoas que veio de cinco Estados que estavam fazendo um curso de cooperativismo e associativismo na UFRPE, um professor levou pra lá e a gente fez uma recepção com o Caboclo, e também é uma forma de inserirmos jovens que estão brincando, que estão fazendo uma coisa diferente.

E como temos essa diversidade lá no Município, Cirandeiro, Coco, a gente começa a ir pra dentro da comunidade que é uma coisa que está, infelizmente, muito esquecida por causa dessas grandes bandas que estão tomando o lugar daquelas coisas boas que a gente tinha, do maracatu, do coco, da ciranda. Uma das coisas também que estamos pleiteando é a construção de uma sede, a gente não tem uma sede ainda, a gente faz nossas reuniões num galpão onde fazem um forrózinho. No dia que não tem forró, nem as bandinhas tocando, a gente está fazendo a reunião. Estamos, este ano (2006), com o objetivo de fazer a nossa sede. Vamos trabalhar nas festas com alguma comida típica, alguma coisa pra arrecadar dinheiro, botar rifa também e o pessoal está muito solidário, gostam da associação, principalmente quando a associação tem transparência e sabem que o trabalho da associação é um trabalho bonito. Eles estão vendo que de fato está dando certo e querem participar.

A gente também faz parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Temos também parceria com o pessoal do Sindicato. Agora, dia 31 de Janeiro, vai haver a abertura do

Programa Jovem Saber⁵, com parceria com a FETAPE⁶, CONTAG⁷ e Governo Federal. São mais ou menos 25 jovens e o pessoal do Sindicato está fazendo parte também. Não podemos deixar de fazer parceria com o pessoal da Prefeitura e tentar levar o nosso trabalho a eles. Temos as escolas na parte da manhã e também à noite. Temos um posto médico mais ou menos a um quilômetro. Tem uma ambulância, tem médico, tem dentista. A gente tem hoje, praticamente, oitenta por cento da comunidade com água encanada. Todo mundo tem água encanada em casa, graças a Deus. Só está faltando para mais ou menos vinte por cento da comunidade ser colocada água encanada. Mas é uma promessa do Prefeito que diz que este ano vai beneficiar as comunidades de Imbé e Marrecos e os sítios vizinhos que integram a comunidade.

A gente sempre tenta puxar parcerias, pois eu acho que nenhuma comunidade vive só, sem puxar parcerias. Temos também quatro jovens que foram transformados pelo SERTA em agentes territoriais que é um projeto do governo federal, através da Petrobrás. Esses jovens têm a obrigação de, na comunidade, acompanhar a família deles e mais quatro famílias. Ele já vai multiplicar esse trabalho. A gente procura um tema, muitas vezes a associação quer fazer uma pesquisa, esses jovens fazem. A gente quer conscientizar mais essas pessoas que trabalham com orgânico e as outras pessoas com a questão da reciclagem e também das queimadas. A gente está pensando desses jovens fazerem essa conscientização, esse acompanhamento.

Também estamos para receber a visita da Secretaria de Ação Social do Município junto com as mulheres. Uma reunião com as mulheres para incentivá-las também num projeto delas, numa relação de artesanato, para ver a maneira que elas possam

⁵ Este projeto foi elaborado pela Coordenação Nacional e a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e tem o objetivo de fortalecer a inclusão social e de capacitar à distância de jovens rurais.

⁶ Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco.

⁷ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

ajudar. Nós temos o centro de artesanato feito pelo município com verba federal que é uma coisa linda, mas infelizmente ele não está sendo bem aproveitado. Muitas vezes a gente chega lá e o Centro de Artesanato está fechado. Tem uma área muito boa, muito espaçosa, fica na beira da BR-53, no Município. A aula de corte e costura é feita pelas mulheres dentro do Centro de Artesanato, tem algumas mulheres que já começaram e já desistiram. Infelizmente está faltando mais incentivo do município pra trazer mais atração, mais eventos para dentro do Centro de Artesanato que tem um grande espaço, inclusive ao redor do Centro de Artesanato que é uma coisa linda. Vamos procurar fazer eventos lá e tentar levantar aquele Centro de Artesanato.

1.2. A EXPERIÊNCIA DA USINA CATENDE-HARMONIA (CATENDE / MATA SUL)

Thiago Ferreira Dias⁸

Projeto Conexões de Saberes / UFPE

1. A História da Usina Catende

A Usina Catende, localizada na zona da mata sul do Estado de Pernambuco teve seu início no fim do século XIX e nos anos 20 do século. Era administrada por uma família tradicional, a essência das relações sociais entre usineiro e trabalhador era marcada pela dependência dos trabalhadores à Usina, onde as formas de tratamento permeavam por nomenclaturas militares (Ex.: coronel, capitão). Os trabalhadores eram proibidos de plantar cultura de subsistência familiar e criação de animais para alimentação diária, bem como as compras dos trabalhadores deveriam ser efetuadas no “barracão” (mercearia que vendia mantimentos aos trabalhadores) do usineiro, e assim os trabalhadores acabavam endividando-se mais do que podiam, e ficavam inviabilizados de saírem da usina, devido às dívidas que contraíam, tornando-se um círculo vicioso.

Entre as décadas de 40 e 50, a Usina Catende obteve destaque na produção sucro-alcooleira pernambucana e nacional, sendo a primeira usina nacional em toneladas de açúcar exportado, como também a primeira usina brasileira a produzir álcool anidro. Nesta época que a Usina Catende era maior usina de açúcar na América do Sul, com chegando a ocupar 70 mil hectares entre os Estados de Pernambuco e Alagoas, e detendo um inovador projeto de irrigação, através de barragens e canais, e com uma usina hidroelétrica capaz de fornecer energia para toda a Zona da Mata Sul.

⁸ Mestrando em Administração e Desenvolvimento Rural da UFRPE, coordenador adjunto do Projeto Conexões de Saberes/UFPE e Pesquisador do Núcleo de Economia Solidária da UFPE.

No início da década de 70 foi um período que os usineiros da Catende tiveram grande apoio governamental, usufruindo do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, obtendo empréstimos, Nessa fase inicial, os novos proprietários destruíram a infra-estrutura produtiva, removendo a linha férrea para vender os trilhos e se capitalizar, as barragens foram destruídas para se plantar cana no leito dos açudes, os canais de irrigação foram aterrados, como curva de nível para construção das estradas vicinais por onde iriam transitar os caminhões adquiridos na fase do Pró-álcool.

Porém o cenário foi modificado com o fechamento do IAA no governo Fernando Collor, fator que contribuiu para acelerar a situação de insolvência da atividade. O protecionismo e apoio governamental camuflaram a má gerência que permeava o setor canavieiro, e ao fim dos incentivos e apoio governamentais ficou visível, as falhas empresariais do setor, o que desencadeou na crise na indústria canavieira, principalmente no nordeste do Brasil.

O colapso sócio-econômico do modelo, liderado pelo IAA durante muito tempo, gerou nas décadas de 80 e 90, dentre outros graves impactos na zona açucareira de Pernambuco, o fechamento de cerca de 18 (dezoito) unidades sucro-alcooleiras, a extinção de 150 mil postos de trabalho, a expulsão dos trabalhadores do campo, após a destruição de cerca de 40 mil pequenos sítios onde plantavam lavouras de subsistência (Plano de Gestão). Provocou o agravamento da situação sócio-econômica em dezenas de municípios, arruinando milhares de trabalhadores, comerciantes e prestadores de serviços.

Em meio às estas turbulências econômicas no setor canavieiro, ocorre na Usina Catende uma demissão em massa de 2.300 trabalhadores e o não pagamento das suas dívidas trabalhistas, em 1993. Assim os trabalhadores mobilizaram-se junto aos sindicatos rurais e governo estadual, a fim de serem ressarcidos de suas dívidas e também evitar o fechamento da usina, que era uma fonte essencial de renda de varias famílias,

bem como organização fundamental para o bom andamento da economia local.

Decretada a falência no ano de 1995, foi a primeira falência judicial de usina nordestina. Rompeu-se, nesse caso, com o costume de serem os usineiros quebrados, eles próprios, os liquidantes de suas empresas falidas, como sucedeu com outras 18 empresas. Estas foram sucateadas, e os credores, públicos e trabalhistas, foram lesados em seus direitos. De 1995 até 1998 a massa falida foi administrada pelo Banco do Brasil, pois é principal credor da Usina Catende, porém é válido lembrar que segundo a Lei de Falências (Decreto nº 7.661/45), as dívidas trabalhistas devem ser as primeiras a serem pagas. A partir de 1998 organizaram-se num peculiar modelo de co-gestão com o síndico da massa falida indicado pelo Poder Judiciário, e o apoio do Banco do Brasil.

É válido ressaltar que Usina Catende, a partir deste momento surge com uma nova missão, sai de uma gestão meramente capitalista e individualista, onde o lucro é repartido para poucos e transforma-se numa ação coletiva onde todos seus integrantes ganham, e dentro de uma gestão participativa onde todos têm o mesmo direito no planejamento e execução das ações desenvolvidas formuladas democraticamente.

A partir de 1998 e meados do ano 2004 a gestão da Usina Catende ficou aos cuidados do Sr. Mario Borba, indicado pela justiça para função de síndico da massa falida, como também neste mesmo ano ocorre a criação da Companhia Agrícola Harmonia que surge como alternativa para absorver o patrimônio da usina após os processo judicial e contando com 2.500 trabalhadores do campo e da indústria.

Em 2004 ocorreram mudanças no panorama administrativo da Usina Catende, a gestão da massa falida passa para um trabalhador da usina o Sr. Marivaldo Silva de Andrade, que atualmente exerce a função de síndico da massa falida assessorado por alguns profissionais e com o apoio e participação dos trabalhadores herdeiros das dívidas trabalhistas. Outro fato foi à

criação da Cooperativa Harmonia de Agricultores e Agricultoras Familiares, criada em dezembro de 2004 por 2.200 trabalhadores e trabalhadoras rurais credores que desenvolvem agricultura familiar nas terras da Usina Catende.

2. Quadro Atual da Usina Catende

A Usina Catende encontra-se com 27.670 hectares, distribuídos em 48 fazendas (conhecido popularmente entre os trabalhadores como “engenho”), localizadas nos municípios de Catende, Palmares, Água Preta, Jaqueira e Xexéu. De acordo com especificação do Plano de Gestão de Sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia, estas áreas estão distribuídas: 11.100 hectares para exploração com cana própria, 6.900 hectares para exploração com cana dos moradores, 2.200 hectares de cercado e outras culturas diferentes de cana e 7.470 hectares de outras áreas (floresta e área não aproveitável).

Neste panorama da distribuição de atividades nas terras da Usina Catende é necessário ressaltar a existência de 2 (dois) tipos de exploração do plantio da cana-de-açúcar: exploração coletiva e agricultura familiar.

Na exploração coletiva a relação se dá entre trabalhadores rurais e a gestão da usina parecida com os moldes tradicionais aplicados na indústria canavieira, porém sem replicar o modelo de apropriação do trabalho por uma minoria proprietária, e sim para o coletivo. A cana colhida desta forma é chamada de “cana própria” (representa 39,4% da cana-de-açúcar utilizada na usina), pois pertence à usina, e seus gastos integram os custos de produção.

Na agricultura familiar os trabalhadores rurais, em espaços determinados (uso das áreas é negociado e autorizado pelo coletivo e pela Justiça), desenvolvem a cultura da cana nas terras da usina, com a gerência por unidades familiares, onde com autonomia e assumindo os custos vendem seu produto à usina, posicionando-se semelhante ao fornecedor. Ressalta-se que não é

cobrado qualquer arrendamento pelo uso da terra, considerando que todos são e moradores-credores. Assim esse tipo de plantio da cana é chamado de “cana do morador” (representa 34% da cana-de-açúcar utilizada na usina), e constitui-se a participação e autonomia dos trabalhadores rurais no Projeto Catende Harmonia.

Os agricultores conquistaram o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, nesta nova perspectiva obtida de crédito provindo do PRONAF, gerenciado pela agência Banco do Brasil de Catende, onde realiza uma atuação integrada para garantir o acesso amplo ao crédito e a qualidade de sua aplicação. Destaca-se que durante três anos consecutivos (2003 a 2005) o índice de inadimplência foi zero (ou próximo de zero), constituindo um dos exemplos nacionais de êxito do PRONAF⁹.

Após definirmos o funcionamento da “cana própria” e “cana do morador”, apresentaremos seu volume em participação no quadro de entrada de cana-de-açúcar na usina durante período de moagem de 1995/1996 a 2004/2005¹⁰.

⁹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que se trata de um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda, executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações.

¹⁰ A safra da cana-de-açúcar ocorre entre os meses de outubro a março, por este motivo os dados apresentam 2 (dois) anos nas safras, representando o os meses de início da safra (outubro a dezembro) e os de fim da safra (janeiro a março).

Quadro 1

Entrada de Cana-de-Açúcar na Usina, por origem (em kg)

Safra	Própria %	Fornecedor %	Morador %	Total
1995/1996	28,9	71,1	0,0	518.982,920
1996/1997	35,0	65,0	0,0	563.085,100
1997/1998	39,3	60,7	0,0	314.316,710
1998/1999	50,4	48,1	1,5	459.779,230
1999/2000	38,8	27,4	3,5	590.865,700
2000/2001	56,7	36,3	7,0	408.771,880
2001/2002	40,2	29,1	10,3	525.694,890
2002/2003	42,1	18,0	18,7	536.345,510
2003/2004	48,1	20,0	26,2	440.606,980
2004/2005	39,4	26,6	34,0	432.804,680

Fonte: Plano de Gestão de Sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia. 2005

É possível observarmos que a “cana do morador” vem aumentando sua participação constantemente desde sua implementação na moagem de 1998/1999 (a moagem ocorre de meados de setembro outubro até início de março), porém verificamos oscilações da “cana própria”, o que acarreta em aumento na compra de cana-de-açúcar junto aos fornecedores o que conseqüentemente onera os custos de produção da usina. É necessário que ocorra um planejamento para diminuir o uso da cana do fornecedor, haja vista a existência de um potencial de hectares que pode suprir essa compra, porém cabe ressalva a dificuldade da usina em obter crédito para arcar os custos de manejo e plantio para o aumento da produtividade da usina devido a condição de massa falida.

Também se observa que o plantio da cana-de-açúcar representa a maior parcela do cultivo nas terras da usina, porém é verificada que cerca de 2.200 hectares das terras são ocupadas

com outras culturas atividades de geração de renda através da diversificação.

Dentre as atividades de diversificação produtiva verifica-se a pecuária ocupando 1.920 hectares, que abrange 745 produtores e um rebanho de 2.965, nesta atividade destaca-se a bovinocultura que representa 58% do rebanho na pecuária. Outra atividade é a agricultura familiar apoiada em outros cultivos (mandioca, banana, macaxeira, inhame, abacaxi, batata, café, entre outras culturas), ocupando 1.708 hectares, movimentando 4.433 produtores. Por fim também se verifica a piscicultura, que abrange cerca de 169 agricultores e tem uma produção de aproximadamente 47.863 alevinos/ano.

3. Sobre a Gestão

Primeiramente para melhor compreensão explicaremos os termos autogestão e co-gestão, utilizados no processo de gestão. A autogestão é um modelo no qual a organização é exercida plenamente pelos trabalhadores, desde as decisões ao controle. Atualmente a autogestão é apresentada em discussões teóricas e práticas nos setores da economia social, terceiro setor e cooperativismo de trabalho.

No modelo de autogestão é implementado um ambiente de democracia, liberdade e eficiência, porém não é abolida a autoridade na organização, mas sim uma mudança da estrutura autoritária por uma gestão social.

Já a co-gestão, segundo Guillerme e Bourdet¹¹, objetiva favorecer a integração dos trabalhadores ao sistema produtivo capitalista, mas focando o aumento da produtividade, conseqüentemente gerando mais-valia. Este modelo permite que os trabalhadores intervenham no escalão de concepção e

¹¹ GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. Autogestão: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

na fixação de política global da empresa, porém esta intervenção situa-se no nível de conselho. Verifica-se na co-gestão que aos trabalhadores é permitido a participação nos meios, mas não nos fins da organização.

Com base na observação direta e análise do Plano de Gestão de Sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia (2005), é verificada uma gestão peculiar dentro do segmento de usinas de cana-de-açúcar onde os trabalhadores através de um grupo de representação e assessores (a estrutura será melhor explicado adiante) junto a justiça lideram o processo de gestão participativa no território da usina onde definem a aplicação dos recursos, e decisões relacionados às necessidades existentes, assim desenhando-se um modelo de co-gestão, onde não são diretamente os trabalhadores credores que efetivamente exercem o poder de decisão sobre os fins da organização e nem necessariamente a participação nas reuniões (devido ao modelo utilizado de representações).

A título de definições é necessário frisarmos que a Administração Judicial da Usina é composta por 1 (um) síndico da massa falida (atualmente um trabalhador, como mencionado anteriormente), 1 (um) diretor financeiro da massa falida, 1 (um) superintendente agrícola da massa falida, 3 (três) assessores, 1 (um) advogado dos trabalhadores e sindicatos, 1 (um) advogado dos trabalhadores e 1(uma) advogada da massa falida.

Voltando a dinâmica da gestão participativa é observado seu favorecimento pela existência de associações e conselhos de moradores (ao todo são 53 no território da usina) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios de Jaqueira, Catende, Palmares, Água Preta e Xexéu, onde as essas estruturas funcionam como organizações de representatividades dos moradores junto com a Administração Judicial e nas reuniões semanais com a Administração Judicial, assim são responsáveis em responder pelos trabalhadores, herdeiros de dívidas trabalhistas, pertencentes a cada organização.

Verifica-se que na gestão agrícola da usina cada fazenda/engenho possui um administrador. Salienta-se que esta administração agrícola é auxiliada pela existência de divisão territorial das 48 fazendas/engenho em 6 (seis) Zonas de Produção Agrícola (ZPAs), onde a administração é exercida por supervisores, gerentes agrícolas e pelo síndico da massa falida.

Além destas peculiaridades na gestão, verifica-se que por trás dando suporte administrativo a todas as áreas, campo e indústria, a Administração Judicial também se desdobra em Diretoria Administrativo-Financeira, integrada por várias chefias, sob a coordenação de um diretor e supervisão do síndico. Como também há um escritório no Recife, onde está instalada uma Diretoria Executiva, a Coordenação Jurídica e o corpo de advogados, onde se coordena a contabilidade e acompanham-se os trâmites do processo falimentar na 18ª Vara Cível do Recife, com informações e assessoramento ao Juiz da Falência.

Salienta-se que esta estrutura funcional é acompanhada pelos Sindicatos, Associações e Conselhos, em especial nas reuniões semanais as quartas-feiras. A gestão, devido à alegação da Administração Judicial da necessidade de decisões rápidas (rotineiras) na produção, mantém uma verticalidade do ponto de vista da eficiência e velocidade na execução das atividades no campo e na indústria.

Observa-se que o processo decisório predomina o modelo de representação onde sindicato, associações e conselhos defendem os interesses dos trabalhadores credores junto as reuniões semanais gestão com a Administração Judicial.

4. Considerações Finais

Na apresentação dos dados tornou-se possível verificar as dimensões das atividades, bem como seu modo de gestão. Além de terem ampliado e melhorado o sistema produtivo e funcional, os trabalhadores tem suas condições de trabalho e de vida também

melhoradas, através da possibilidade de utilização da terra (com permissão da Administração Judicial) para diversificação dos plantios e atividades de pecuária. Um aspecto relevante desta iniciativa é garantia do acesso a terra daqueles que nela trabalha, invertendo uma lógica cruel que marca a história de milhares de camponeses nordestinos.

Verificamos que dentre várias dificuldades enfrentadas para a manutenção das atividades na Usina Catende, apontamos a consolidação de uma empresa auto-sustentável, lucrativa e respondendo ao desafio da manutenção de 1.500 empregos, dentre estes a geração de renda e terra para os trabalhadores da zona rural. É um grande desafio principalmente pelo fato de não existir financiamentos para uma organização em processo judicial falimentar, assim exigindo grandes esforços na geração de recursos próprios para investimentos nas instalações, pois a mesma foi recebida pelos trabalhadores com uma estrutura deficitária, além da enchente do ano de 2000 que agravou o sucateamento do maquinário da fábrica.

Também se por um lado é possível vislumbrar a viabilidade econômica do empreendimento, por outro, identificamos questões cruciais que afetam a experiência e que podem dificultar a consolidação de um projeto político estruturador. Essas questões estão relacionadas à sustentabilidade econômica do empreendimento, pois a mesma é obtida através das vendas antecipadas da safra junto a órgãos como a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e que fatos como a inundação da fábrica, ocorrida em 2000 acentuou negativamente no crescimento produtivo e conseqüentemente financeiro da usina.

Observamos que os trabalhadores podem não terem obtidos grandes resultados financeiros, porém obtiveram ganhos nas relações sociais, como também na educação. No início do Projeto Catende Harmonia, em 1995, 79% dos trabalhadores eram analfabetos, já em 2003 apenas 35% eram analfabetos, um

percentual ainda alto para os padrões almejados, porém houve uma grande diminuição em 8 anos.

Assim verificamos uma busca na construção e amadurecimento nos laços de gestão coletiva participativa como uma forma de revitalização dos ideais emancipatórios de gestão (GAIGER, 2004b) provindos de representações dos trabalhadores. Acreditamos que este modelo ainda tem que ser aprimorado. Pois é notório o avanço de uma gestão individual capitalista (promovida pelos usineiros) para uma co-gestão participativa, porém modelo de gestão ainda não atingiu a autogestão almejada (como alguns pesquisadores e participantes da economia solidária propagam). Trata-se de uma gestão co-gestionária onde Administração Judicial exerce um poder de comando forte, apesar da participação e pressão dos sindicatos, associações e conselhos. Também se observa a falta de dinâmica na busca de aperfeiçoar ou capacitar lideranças dos trabalhadores para estarem renovando o quadro da Administração Judicial (como o caso do sr. Marivaldo).

Outro ponto que verificamos neste trabalho é que apenas cerca de 55% dos trabalhadores credores aderiram ao Projeto Harmonia (como é conhecida a usina após a implementação do modelo de co-gestão), assim é necessário verificar o porquê dos demais credores não estarem no projeto? E como impulsionar a adesão destes?

Essas questões apontadas anteriormente são cruciais para o futuro da Usina Catende – Harmonia, pois um trabalho de renovação do quadro de pessoal da administração da usina através da apropriação de cargos pelos próprios trabalhadores credores (ou jovens filhos ou filhas de credores). Assim participando diretamente da gestão, conjugado com a implementação de novos mecanismos que dinamizem a participação dos trabalhadores, são algumas contribuições que auxiliarão na caminhada mais segura rumo ao almejado sonho da viabilidade de um empreendimento solidário autogestionário no segmento da cana-de-açúcar.

2 PESQUISA E EXTENSÃO SOBRE TEMÁTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UFPE E UFRPE

2.1. CONTRADIÇÃO DIALÉTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA ENTRE A DÁDIVA E A COMPETIÇÃO

Professor Aécio Gomes de Matos¹²

Núcleo de Cidadania Exclusão e Processos de Mudança/UFPE

A minha preocupação aqui é muito mais de fazer provocações do que, objetivamente, defender uma tese. E faço as provocações em confiança que estou no meio acadêmico, onde essas provocações despertam interesse, particularmente, junto aos estudantes.

Eu não sou especialista em economia solidária. A minha pesquisa é sobre organizações sociais, associativismo, redes sociais. No começo da minha carreira, eu trabalhei com micro e pequenas empresas, onde aprendi alguma coisa sobre a relação entre a atividade econômica e solidariedade. Temos uma tendência de considerar a Economia Solidária como uma economia que não tem pretensões maiores, que funciona apenas em projetos alternativos para geração de emprego e renda de populações de baixa renda, particularmente nos países periféricos. Eu me recuso a pensar nesses termos. Por isso mesmo, a minha primeira provocação questiona a possibilidade da existência de uma alternativa econômica como uma saída para a sociedade e para a humanidade. A Economia Solidária pode apontar nessa direção?

Eu nem diria que as experiências atuais de Economia Solidária vão atender a essa preocupação, nem se é possível

¹² Doutor em Psicossociologia das Organizações pela Université de Paris IX (Paris-Dauphine) 1980 e Pós-Doutorado pela Université de Paris X, Nanterre (2005). Atualmente é professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho e Organizacional. Pesquisador do Núcleo de Cidadania, Exclusão e Processos de Mudança – NUCEM/UFPE e o Laboratório de Observação Permanente sobre as Transformações do Mundo Rural do Nordeste – UFPE.

pensar numa outra economia que não essa economia que está aí, cujos desgastes sociais, ambientais e inclusive econômicos são hoje evidentes para todos, inclusive para os grandes empresários, que começam se preocupar com essas questões por uma razão tipicamente utilitarista: quem ira comprar os produtos do grande capitalismo?

A economia capitalista precisa que o mercado de consumo, mesmo os mercados de terceira, de quarta e quinta categoria sejam amplos e rentáveis: para isso é necessário que a renda da população e o seu poder aquisitivo cresçam. Por mais que o mundo tenha vivido em 2006, um ano de crescimento econômico, puxado sobretudo pela China e pela Índia, e muitos economistas estejam satisfeitos com o desempenho da economia mundial, é evidente que esse caminho, e essa mesma pujança, representem os limites desse modelo econômico. Os dados recentes, indicam que se a China e a Índia entrarem no mercado consumidor com os mesmos padrões do ocidente, o consumo de petróleo e a emissão de gases vai ser multiplicado por três. O consumo de água multiplicado por dois, não apenas o consumo de água da Índia ou da China, e sim o consumo de água da terra. O consumo de petróleo multiplicado por três; a emissão de gases poluentes multiplicada por três. Lembro só que o Protocolo de Kyoto¹³ vem fazendo um esforço enorme para reduzir em cinco por cento a emissão de gases. Um país como os Estados Unidos que é responsável por trinta e seis por cento da emissão de gases, simplesmente não assinou esse Protocolo. Então, não há dúvida que esse modelo de economia de mercado, e seus processos de produção estão fadados ao colapso.

O movimento anti-utilitarista em Ciências Sociais alerta que se a humanidade toda desenvolvesse a mesma capacidade de consumo do povo da Califórnia, seriam necessários trinta e

¹³ Constitui-se no protocolo de um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa do aquecimento global.

cinco planetas como a terra para garantir as matérias primas e as condições de consumo de água, de insumos vegetais, de carbono face a uma população existente de seis bilhões de habitantes. O modelo da China, que cresce a dez por cento ao ano, está assustando as economias hegemônicas, como França, Alemanha e Inglaterra. É fácil você ler nos jornais franceses frases como “os chineses serão nossos futuros patrões”. A entrada da China no mercado assusta porque com menos de duzentos e cinquenta milhões de chineses tendo entrado nesse mercado de consumo já fez com que o petróleo subisse nesses dois anos e meio de vinte e quatro dólares para setenta dólares o barril. Então, onde é que nós vamos parar, quanto quando 1,2 bilhões de chineses se incorporarem a esse mercado de consumo?

No Brasil nós nos rejubilamos, porque em três anos o governo criou três milhões de emprego, porque a economia vai crescer 4%, mas não temos motivos para otimismo a questão do emprego no Brasil não é tão simples. Estudo recente do Instituto de Economia da Universidade do Rio de Janeiro, revelou que de 1991 a 2002 foram criados no Brasil quinze milhões e quinhentos mil postos de trabalho. No mesmo período foram fechados, pela modernização tecnológica, doze milhões e trezentos mil postos de trabalho. Quer dizer, falar em criação de três milhões de postos de trabalho, nós temos que nos perguntar: E quantos fecharam, devido à modernização das fábricas? A Europa está apavorada porque as fábricas estão fechando, e estão abrindo em países de salários mais baixos. Objetivamente, portanto, nós estamos diante de um impasse da economia. Visionário em 1975, Celso Furtado já alertava os países periféricos para “o mito do desenvolvimento”. Para ele não seria possível aos países periféricos atingir os níveis de desenvolvimento dos países centrais. Não teriam condições de matéria prima e insumos de produção que bastassem. O Oswald

Rivero¹⁴ há dois anos escreveu um livro, homônimo a essa questão na pauta.

A Europa está discutindo o decrescimento econômico, porque não tem condições de continuar crescendo nos ritmos atuais. Países como o Brasil, como a Índia, como a China precisam continuar crescendo, mas o mundo não pode continuar crescendo nos níveis atuais. Então, nós estamos diante da falência de um modelo econômico e é neste momento que nós estamos falando em Economia Solidária. Eis uma outra provocação ao debate. Essa crise de modelo poderá sinalizar para novas formas de economia? Os teóricos que estão discutindo esta questão, do ponto de vista sociológico apontam algumas questões interessantes. A primeira delas é que a força do habitus nos leva a viver como se a economia e a condição utilitarista das relações econômicas tivessem parte da essência das relações sociais. Um fato interessante é que a humanidade tem alguns milhares de anos e essas formas econômicas da modernidade têm duas ou três centenas de anos. Allan Caillé¹⁵ diz o seguinte: “não existem duas economias, existe uma só economia e a economia envolve trabalhar com bens e recursos e com mão de obra, com energia humana”. Isso é economia. O que muda são as formas institucionais de se apropriar a economia.

Você tem uma economia substantiva nas sociedades mais primitivas, onde as pessoas produziam para o autoconsumo, tal como se encontra nos dias de hoje na nossa área rural. É um modo de tratar a economia diferente daquele que os economistas estão habituados a trabalhar, porque só conhecem a economia como

¹⁴ Oswaldo de Rivero, autor do livro “Mito do Desenvolvimento: os países inviáveis do século XXI”, A mensagem deste livro corajoso é que os benefícios do desenvolvimento, sempre de novo prometidos nos últimos cinquenta anos, não atingiram a maior parte das nações. O investimento necessário não está disponível, e a tecnologia moderna dispensa mão de obra ao invés de criar empregos para as populações que aumentam nas cidades do hemisfério sul.

¹⁵ Professor de Sociologia da Université de Paris X - Nanterre. Fundador do MAUSS (Movimento Anti-Utilitarista das Ciências Sociais). Importante pesquisador crítico do pensamento utilitarista e neoliberal, na França e na Europa.

economia monetária. Mesmo, os pesquisadores mais criteriosos, que tentam ler as rendas não monetárias, terminam traduzindo essas supostas rendas em dinheiro porque precisam realizar totalizações.

Eu me lembro que uma vez estava trabalhando na viabilidade de um projeto para o Banco Mundial, aqui na cidade do Recife, um projeto de infra-estrutura que iria viabilizar uma nova linha de ônibus. Considera-se que o usuário do ônibus na nova linha economizaria meia hora por dia. Traduzindo, essa meia hora em horas de trabalho, isso era multiplicado pelo valor da hora de trabalho dele, e isso entrava como renda da atividade para justificar a viabilidade econômico-financeira da implantação do sistema viário que estava em pauta. Umás séries de outras razões relacionadas à prioridade de vida não eram sequer consideradas. Nós aprendemos a falar economês e não conseguimos entender nada fora disso.

Discutir a questão da economia solidária na perspectiva da economia de mercado é, em si, uma contradição importante que nos deve preocupar. O próprio Caillé quando fala que existe apenas uma economia, essa economia onde os bens são envolvidos pelo processo, pela energia humana para produzir e atender as necessidades humanas, ele levanta, uma hipótese importante sobre a economia da dádiva. Nessa perspectiva da dádiva as ações entre pessoas e as formas de transações econômicas ou não, não envolvem reciprocidade em dinheiro. Por exemplo, na economia familiar, quando um sujeito alimenta um filho, ele não transforma aquilo em dinheiro. Aquilo tem um valor que não tem nada a ver com o dinheiro. Eu tenho um sítio, e uma vez um camarada me perguntou: Quanto é que você acha que vale o seu sítio? Eu disse, eu não sei. E minha mulher ia chegando assim, e eu disse: Eu nunca me preocupei em saber quanto é que vale essa mulher, porque eu vivo com ela há quarenta anos, constituímos uma e eu nunca me preocupei com isso. Então, existe uma economia não monetária que as relações sociais são pautadas pela solidariedade

e pelo afeto, precisa ser resgatada. Existem formas alternativas de viver e de se institucionalizar as relações de produção e de uso das riquezas sociais. Não só a economia monetária, a economia da troca, nem a economia do estado. A falência do socialismo real demonstra que a economia controlada pelo o Estado não é solução. Não é só a economia do mercado que está em cheque, a economia do estado também. Então, se começarmos a procurar novas formas econômicas que superem esses impasses (do Estado e do Mercado), talvez um dos caminhos seja começar colocar o foco em alternativas como a economia da dádiva. Existem espaços dentro da família nas relações interpessoais, entre colegas de uma faculdade, entre estudantes, entre professores. São formas de produção e apropriação que estão aí, mas a gente não admite mais raciocinar fora da economia de mercado.

Se quisermos de fato tentar uma outra economia, a lógica da economia solidária não é a lógica do Estado nem a lógica competitiva do mercado. Não adianta ficarmos pensando em produzir, a custos mais competitivos, para competir com as empresas mais modernas que estão no mercado. Não tenho nenhuma expectativa que essas empresas possam dar espaços à economia solidária. É preciso compreender que uma lógica que se baseia na reciprocidade, na solidariedade, na dádiva, não pode competir com a lógica que se baseia no lucro, no controle social dos trabalhadores e na capacidade de competir num mercado, onde vale tudo. Não há como imaginar como único fito da economia solidária competir no mercado. É possível pensar na economia solidária sim, mas com outra lógica, não a lógica competitiva de mercado.

Eu não estou dizendo que se deve fazer de conta que a economia de mercado não existe. É claro que isso é besteira. A economia de mercado existe e vai continuar existindo. Mas parece viável pensar em prazos razoáveis estruturar a sociedade ou pelo menos, parte da sociedade, noutras bases. Existem, por exemplo, as experiências da reforma agrária, que estão aí, onde famílias que

antes viviam em situações precaríssimas, hoje vivem em situação, que analisadas da ótica da economia de mercado, são ainda muito precárias. Tem figuras como Francisco Graziano Neto¹⁶, economista, ex-deputado federal, não é o José Graziano¹⁷ do Fome Zero, é um parente dele, antítese dele do ponto de vista político e social. Mas, Francisco Graziano Neto diz que os assentamentos da Reforma Agrária são verdadeiras favelas rurais. Talvez para um paulista produtivista, isso seja verdade. Quando a gente convive com essa gente, mesmo não sendo igual a eles, mesmo sendo de classe média, mesmo tendo uma carreira acadêmica, você vê que do ponto de vista de mercado, os assentamentos não são assim, “a solução”, do problema dessa gente. Mas você vê, nesses assentamentos o resgate da dignidade humana, na criação dos filhos, nas relações comunitárias, do ponto de vista do mundo da vida como nos fala Habermas. Realmente aí, os assentamentos da reforma agrária podem ser visto noutra perspectiva; um modelo de economia pouco competitivo, e certo, mas muito mais humano, uma saída para a exclusão social.

Não é de hoje a busca de alternativas econômicas com fundamentos humanos, o homem fez várias tentativas desse caminho. Por exemplo, no século XVIII, as experiências dos falanstérios¹⁸ de Fourier, demonstraram a todo mundo que era possível acreditar e buscar outras alternativas. E os falanstérios

¹⁶ Engenheiro Agrônomo, mestre em Economia Rural e doutor em Administração foi Presidente do INCRA no governo Fernando Henrique Cardoso e Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, durante o primeiro mandato de Mário Covas, ao término do qual foi eleito Deputado Federal. Atualmente é o Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

¹⁷ José Graziano é professor titular na área de economia agrícola no Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp) e coordenador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente. Também Ministro da Segurança Alimentar é um dos autores do Projeto Fome Zero, lançado pelo Instituto Cidadania em 2001.

¹⁸ Falanstério são espécies de estruturas produtivas onde as pessoas trabalham apenas no que querem, cada um com sua vocação. Charles Fourier defende assim o fim da dicotomia entre trabalho e prazer. Nos falanstérios os bens são distribuídos conforme a necessidade. A divisão das riquezas produzidas seria feita considerando-se a quantidade e qualidade do trabalho de cada indivíduo. Os falanstérios de Fourier, a Nova Harmonia de Robert Owen e outras tentativas de criar miniaturas da nova sociedade também fracassaram.

tiveram um relativo sucesso durante uma década e pouco, no entanto, não conseguiram se desenvolver no interior das economias de mercado.

Os familistérios de Godin também foram experiências interessantes. Ainda hoje existem na França, com trezentas famílias. Idealista, Godin que tinha dinheiro terminou colocando o seu capital para financiar uma experiência de familistério, como uma comunidade de produção, uma indústria relativamente importante que tinha nome e vendia bem. Como nos falanstérios furrieristas, os familistérios não conseguiram se expandir numa [época onde a revolução industrial crescia rapidamente, onde a economia de mercado crescia rapidamente. A economia solidária foi suficiente forte para se expandir e tomar o espaço econômico. Mas o malogro dessas primeiras experiências, não representou a inviabilidade da economia solidária, a Cooperativa de Mondragón¹⁹, no país Basco, mostra que uma alternativa solidária pode ser possível.

Se Fourier e Godin foram visionários, o Padre Arimatéia também foi um visionário e construiu uma organização que hoje tem setenta e um mil trabalhadores, um faturamento de dez bilhões de euros anuais. Desses setenta e um mil trabalhadores, oitenta e um por cento são sócios. A relação entre a renda dos sócios menos remunerados com a dos mais bem remunerados é de 3,9%. Mondragón é uma prova viva da Economia solidária vivendo no seio de uma economia de mercado. Está funcionando na Espanha para orgulho dos bascos, para quem a questão cívica é mais importante que a questão econômica. Tem alguma coisa além da economia, essa visão política que precisa estar na base de um projeto de economia solidária. Eis que existe uma relação importante entre economia solidária e civismo.

¹⁹ Cooperativas de Mondragón, movimento cooperativo da região de Mondragón, situada no País Basco (Estado Espanhol) é um dos mais fortes e desenvolvidos em todo o mundo. Constituído por cooperativas de trabalho associado, constitui hoje um dos principais grupos empresariais de toda Espanha.

Por isso mesmo, para melhor pensar uma nova lógica para nossa economia precisamos considerar, antes de qualquer coisa que o Brasil é um país democrático, pelo menos no ponto de vista eleitoral. Se não somos democráticos do ponto de vista econômico e social, pelo menos votamos e elegemos nossos governantes e as instituições estão funcionando. Para repensar a economia seria importante questionar essa democracia. Wanderley Guilherme dos Santos²⁰ traz uma reflexão interessante no seu livro “As Razões da Desordem”, considerando que as instituições não se desenvolvem apenas na letra. Não é só direito e a garantia institucional que fazem uma sociedade evoluir o desenvolvimento institucional avança, mas é preciso avançar também o processo de participação.

As instituições carecem do respaldo da participação social. Uma participação de massas, onde se inclui o processo eleitoral, uma participação da base, onde se fundam os núcleos comunitários e o capital social apropriados por agentes sociais que se tornam sujeitos da sua história. No caso da nossa evolução democrática é bem verdade que votamos de quatro em quatro anos, mas entre uma votação e outra, a população participa muito pouco. Mesmo com os conselhos gestores, garantidos pela constituição, a participação ainda é muito restrita, é muito condicionada pelas estruturas políticas mais tradicionais. A democracia que possibilite mudanças políticas importantes com respaldo para uma nova economia, mais solidária precisa se constituir simultaneamente com uma participação de base e com uma participação de massa.

Esta participação de base, fundada na constituição de sujeitos coletivos conscientes dos seus direitos, da sua força e das suas identidades, parece absolutamente fundamental para se pensar a democracia e a economia solidária. Uma base que

²⁰ Possui doutorado em Ciência Política pela Stanford University (1970) e pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986). Atualmente é Professor Titular do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e Professor pesquisador da Universidade Cândido Mendes. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Teoria da Democracia.

se desenvolve a partir da avaliação crítica da sua realidade. Para Gramsci²¹, como para Habermas essas bases, sua reflexão crítica, sua consciência social são fundamentais para estruturar a democracia. Eu diria, essa consciência social e essa base comunitária é o locus da economia solidária.

Não há como pensar numa economia solidária que não seja a partir dessa solidariedade, que se constrói nas relações entre pessoas. Em sociedades menos estruturadas como a brasileira, não se pode viver confiado apenas no respaldo de direitos universais. A universalidade não reconhece as singularidades. A Declaração Universal dos Direitos Humanos está aí anunciada desde os anos cinquenta, e ninguém sabe o que é isso. A maioria das pessoas não sabe quais são seus direitos universais e nem mesmo seus direitos de cidadão. Mesmo nos processos de participação institucionalmente respaldados, o povo quando comparece e como platéia nessas conferências da cidade, do orçamento participativo, ... A maioria das pessoas não sabe o que se está falando, muita gente não entende, justamente porque não tem uma base, e mesmo quando tem essa base, não é uma base que construiu a sua autonomia, não é uma base que construiu o seu posicionamento político.

É nesse nível que se precisaria construir os fundamentos de uma economia solidária, depois vem as questões de mercado. Pode ser até que quando esses fundamentos estiverem bem construídos, o mercado seja um espaço mais seguro e mais justo. Mas, ir para o mercado sem essa construção política interior, a economia solidária continuará sendo apenas a economia da pobreza. Finalmente eu gostaria que as minhas provocações fossem entendidas aqui apenas com uma pauta de debate, nunca como idéias ou propostas acabadas.

²¹ Gramsci foi um político, filósofo e cientista político, comunista e anti-fascista italiano. Um intelectual que teve a relacionalidade como princípio norteador de seu pensamento político-filosófico. Por exemplo, quando ele trabalha a noção de “bloco histórico”, estrutura/superestrutura são igualmente determinantes. Assim, fugiu do economicismo mecanicista e também do idealismo. A relação perpassa todo o seu instrumental analítico-teórico, ou seja, as categorias de bloco histórico, hegemonia, intelectuais, sociedade civil e política, teoria ampliada do Estado, todas encadeadas dialeticamente.

2.2. A EXPERIÊNCIA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES EM PERNAMBUCO

Guilherme J. de V. Soares²²

Incubacoop / UFRPE

Quero começar pela deixa do professor Aécio Matos, na última fala, quando ele coloca a complexidade de entender a lógica da economia solidária e, mais ainda, como discutir e praticar a economia solidária, por exemplo, desde o meio acadêmico da Universidade. O meio acadêmico (A Universidade) entende, sabe e reconhece que a Universidade é uma instituição plural, ela é parte da sociedade. Nela estão representados todos os segmentos, aqueles segmentos da sociedade que pensam exclusivamente a partir da lógica de mercado capitalista até aqueles que pensam e defendem as idéias de uma outra lógica. Isto é normal e bom que seja assim, porque se fosse diferente, a Universidade não estaria cumprindo sua missão social de ser um locus de discussão e geração de conhecimentos, avançando em temáticas da natureza da economia solidária - natureza econômica, social e política.

Nessa abordagem vamos falar um pouco da nossa experiência enquanto entidade que apóia instituições e empreendimentos da economia solidária na Universidade Federal Rural de Pernambuco. A experiência da Incubadora de Cooperativas Populares – INCUBACOOP, eu vou fazer mais adiante uma explicação melhor do porquê de incubadora tecnológica de cooperativas populares. Essa “incubadora de cooperativas” está na raiz da origem do movimento de Incubadoras, na verdade hoje não trabalhamos apenas com cooperativas, trabalhamos com empreendimentos de natureza solidária, vamos dizer assim, e nele estão incluídas associações e cooperativas, e até mesmo grupos informais.

²² Mestre em Administração e Comunicação Rural da UFRPE. Atualmente é professor do Programa de Associativismo para Ensino, Pesquisa e Extensão e membro da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRPE.

A Incubadora nasce dentro da Universidade, num programa chamado: Programa de Associativismo para Ensino, Pesquisa e Extensão, o PAPE²³. Esse programa teve origem em 1988, num convênio de cooperação técnica e financeira com o Canadá. Tal convênio foi motivado pela necessidade que havia de se criar um curso de especialização *latu sensu* em associativismo. Havia, sim, algumas experiências na UFRPE, de cursos de natureza de pós-graduação, mas de forma descontinuada, não era uma coisa permanente. Então, a Universidade Federal Rural de Pernambuco em parceria com a Universidade de Sherbrooke - Canadá instituiu o primeiro curso de especialização em associativismo em 1989.

De lá para cá, até 1997, essa cooperação se renovou e no final de 1997 encerrou-se a cooperação, continuando com o curso. O curso tem uma abrangência regional. Então, nós tínhamos alunos, e temos ainda, alunos/as do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, enfim, dos estados desta e até de outras regiões. E uma das coisas que nos afligia era a constante busca, lá no programa, de pessoas do meio popular interessadas em criar cooperativas, constituir associações, dúvidas com relação à forma de gestão dessas organizações, como é que se fazia o estatuto, coisas dessa natureza. E o curso, ele tem uma característica, os alunos, ao final das disciplinas, desenvolvem um projeto que não é uma monografia, é um trabalho de conclusão de curso, que nós chamamos de Projeto de Intervenção.

O projeto de intervenção, ao final do curso, é uma espécie de consultoria na organização associativa. Pode ser um grupo informal ou uma cooperativa/associação. E essa ida dos alunos a essas organizações, estreitou muito mais a relação da UFRPE com o mundo associativista. Cada vez mais, ao longo do tempo, essas pessoas, não somente popular, mas principalmente, buscavam o apoio do programa da Universidade. E, em 1997, discutimos um trabalho de extensão mais permanente, que pudesse está mais próximo dessas organizações populares. Nesse sentido,

²³ Maiores informações sobre o PAPE em: www.ufrpe.br/pape.

elaboramos e aprovamos, no âmbito da Universidade, o projeto da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.

Até então era um projeto conceitual, dentro da Universidade, aprovado pelo Conselho Universitário de 1997. No ano de 1998 o governo Federal, a segunda fase do governo Fernando Henrique, lançou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Esse programa nasceu no âmbito da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Fundação Banco do Brasil, a partir da experiência de incubadoras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessa primeira fase do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), seis Universidades (USP, UFJF, UFRJ, UFRPE, UFC, UNEB) foram contempladas. A partir daí, colocamos em prática a primeira fase do projeto da incubadora. E aí veja, como a experiência inicial na UFRJ tinha a discussão da época muito do cooperativismo de trabalho, do cooperativismo urbano, então toda essa abordagem, vamos dizer assim, contaminou metodologicamente as incubadoras no âmbito do PRONINC que se voltavam para trabalhar com cooperativas, e particularmente cooperativas urbanas.

Na primeira fase da incubadora, nós tivemos sete grupos de cooperativas, e já no final dessa fase, apenas uma era cooperativa de agricultores. As outras sete, eram cooperativas urbanas, cooperativas de costureiras, cooperativas de turismo, cooperativas de trabalhos de manutenção. E finalizamos, essa primeira fase, muito voltados para a prática de apoio a cooperativas. Na segunda fase, que vai de 2002 a 2004, concorremos ao Edital do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), e se continuou com outra gestão da incubadora a apoiar cooperativas, e mudou muito o perfil das cooperativas. As cooperativas não eram somente populares, mas, cooperativas de professores, e aí isso tem uma explicação em função do novo direcionamento que tomou a gestão da incubadora, e isso durou em torno de um ano e meio. Em 2004 com a nova edição do PRONINC, e também com a mudança da gestão da incubadora, redefinimos e retomamos

a nossa origem e voltamos ao apoio aos chamados grupos populares. E aí, não são somente grupos que estejam formalizados ou legalizados em cooperativas, mas iniciativas associativas.

Ampliamos a discussão da Economia Solidária dentro da Incubadora, revisamos a nossa metodologia, que vou expor mais adiante, e nessa fase que se inicia em 2004 e vai até o presente ano, a gente trabalha esse universo que não é somente cooperativas, mas associações e grupos informais, também. Mais adiante, vou falar um pouco da principal mudança de ordem metodológica da incubadora.

Discutir a economia solidária é algo desafiador à medida que o sistema econômico hegemônico é o modelo capitalista, isto condiciona as pessoas a raciocinar quase sempre dentro da lógica capitalista. Dentro das colocações e das perguntas, inclusive que foram feitas aqui, eu fiz uma ressalva só para lembrar aqui um pouco, por exemplo, comércio justo solidário, porque a palavra solidário, ela hoje está sendo até aplicada e colocada de forma abusiva. Então, comércio justo solidário necessariamente não é a economia solidária, e muito menos produto orgânico, não é necessariamente da Economia Solidária. Tem verdadeiros conglomerados de empresas produzindo produtos orgânicos que não tem nada a ver com a economia solidária, tem açúcar orgânico, café orgânico. Comércio justo e solidário, muitas vezes é uma lógica capitalista, pode estar ajudando, contribuindo para a sustentabilidade de comunidades, lá na Serra do Mel, lá na Serra dos Cavalos, em Caruaru, mas a forma de inserção desses produtos e a forma de circulação de mercado e apropriação da renda, seguem uma lógica capitalista. É uma economia mercantil sim, mas não é necessariamente uma economia solidária, porque a economia solidária é muito mais do que simplesmente uma relação de troca monetária. Não é o tema que eu vou abordar, mas achei necessário falar um pouco disso, porque dentro da nossa prática na incubadora, cometemos incoerências, estamos cometendo incoerências, sempre movidos inconscientemente

por uma lógica de apropriação econômica hegemônica que nos circunda.

O nosso discurso nem sempre acompanha as nossas práticas. Por quê? – Porque nós somos formados e vivemos isso na nossa prática do dia a dia, imbuídos de uma lógica da relação capitalista. Então, enquanto entidade de apoio, enquanto entidade de suporte a essas iniciativas da economia solidária, muitas vezes cometemos o “pecado” de levar a esses grupos um pouco do nosso ranço capitalista. Eu acho necessário informar isso, porque como disse o professor, a gente está dentro de um ambiente acadêmico e muito mais do que relatar certos acontecimentos, também temos que provocar, e trazer à tona as nossas aflições, também.

Em nossas práticas nós objetivamos algumas coisas dentro da Economia Solidária. E aí, eu acho que o professor se colocou muito bem, nós não podemos perder de vista o viés político dessa abordagem. Discutir associativismo, simplesmente dentro de uma abordagem muito abstrata, sem está ancorado numa prática, e simplesmente numa formação política, vamos ficar um pouco ou muito no vazio. Então, a perspectiva é a de formar pessoas com viés político e com iniciativa cidadã, é muito nessa direção. A gente pode ter uma visão política muito mais ampla do que simplesmente a questão política partidária ou a visão política que leva a dicotomia, contrapondo a economia capitalista com a economia solidária, que talvez seja outro pecado.

A Economia Solidária e a Economia de alguns empreendimentos solidários, quase sempre estão integradas à economia capitalista. Nessa perspectiva, a gente se propôs a ter uma abordagem para a participação cidadã.

Outra coisa que se diz, é preparar os atores da economia solidária para atuar no ambiente econômico na perspectiva do desenvolvimento local. É quando o professor diz que o local é o lócus da economia solidária.

Às vezes, fico surpreso que em algumas iniciativas que já existem há muito tempo e permanece até hoje, isso nunca tenha sido enaltecido, evidenciado.

No passado, como ele disse, “não existiam essas práticas mercantilizadas” e as pessoas sobreviviam, porque a solidariedade não é uma ação que o mercado criou.

As empresas, elas praticam a solidariedade como estratégia. Existem as práticas de cooperação, mas essa prática de solidariedade ela nasce no bojo, no seio da sociedade como estratégia de sobrevivência. Basta você ir numa comunidade dessas cidades do interior e observar com atenção como é que as pessoas sobrevivem. E não é uma prática monetária, e muito menos mercantil. E também, o que é interessante dizer é que nem toda a prática de mercado é prática de mercado capitalista.

Exemplo disso, é um pequeno agricultor que produz vinte sacos de farinha, guarda quatro em casa e vende dezesseis. Ele vai à feira fazer a venda dele, o primeiro mercado natural, mas ele não é um produtor capitalista do mercado livre, ele poderia até trocar o saco de farinha por serviço ou por outra coisa, que ele não consegue fazer / produzir. Então, o mercado necessariamente não nasceu com o capital. Assim, o mercado solidário pode ter outra cara, outra lógica diferente.

Há uma outra perspectiva que a incubadora se propõe, outro objetivo de tentar fugir desses modelos tradicionais de gestão. Se você pegar a Lei das Cooperativas, nº 5.764/71, ela resume: assembléia geral, conselho fiscal, diretoria. Ali é engessado, você tem que fazer aquilo que está determinado. Numa perspectiva de auto-gestão ou numa perspectiva de autonomia, de desenvolvimento, que as pessoas participem, e aí há aquele conceito de participação de base que o professor falou antes, necessariamente, a gente tem que seguir essa lógica de organização interna para a gestão.

Então, como é que nós, na prática, podemos criar instâncias dentro de uma organização dessas, e ver essa estrutura toda

arrumadinha? É difícil. Nós mesmos, dentro da Incubadora, às vezes estamos apoiando associações numa eleição, e temos diretoria, assembléia, mas é um processo, como ele falou, é um processo de conjugação, ele tem que se afastar um pouco, tentar descontaminar-se um pouco dessa lógica, para poder pensar que outros modelos são possíveis.

Enfim, dentro da Universidade não podíamos fugir do objetivo de integrar Ensino, pesquisa e extensão. Costumamos dizer na UFRPE, que a Incubadora é um grande laboratório, onde os alunos da pós-graduação desenvolvem seus projetos de intervenção, alguns deles na incubadora. Alunos da graduação tentam fazer trabalhos de conclusão de curso, a partir das organizações apoiadas pela Incubadora, enfim, ela está lá como um projeto, como uma prática, melhor dizendo, onde a Universidade tem que se ver dentro desse processo.

E aí vem uma primeira mudança de ordem metodológica que citei há pouco naquela primeira fase da Incubadora, de 1998 a 2002 e, também na segunda fase.

Na primeira fase o que a gente chama de grupos populares comunitários, dentro dos critérios que vou colocar mais adiante, são grupos que têm alto nível de exclusão social, pessoas desempregadas, pessoas excluídas do mercado formal de trabalho, o trabalho precarizado, à margem dos serviços sociais, enfim, grupos que têm uma margem de inserção limitada na sociedade. A opção política, nessa fase, foi trabalhar com grupos com esse perfil.

Na segunda fase, já mudou pouco em função de redirecionamento da nova gestão da incubadora, e agora agente retomou a origem com esse perfil, com a diferença da primeira fase.

Enquanto na primeira fase, trabalhávamos grupos de diferentes atividades econômicas, tínhamos turismo, cooperativas de costura, cooperativa de trabalho, enfim. Atualmente, trabalhamos com duas atividades, com dois setores, o setor que

trabalha a parte de reciclagem, catação de resíduos sólidos, que tem um perfil mais urbano e grupos da agricultura familiar.

Estamos na Universidade Federal Rural de Pernambuco onde temos cursos de Ciências Agrárias, e antes se questionava porque a nossa atuação na área rural era tão limitada. E aí assumimos, dessa feita, essas duas atividades.

Uma outra lição que ficou em função da nossa experiência é que para fazer e desenvolver um trabalho de incubação, um projeto de incubação, é fundamental e necessário você conhecer a fundo a atividade produtiva daqueles grupos.

Você não pode interagir num processo como esse, se não conhecer a fundo o que as pessoas fazem, o que é a atividade, como é que elas pensam, como é que aquela atividade faz parte do dia-a-dia. Víamos-nos em algumas atividades até incompetentes mesmo para contribuir com os grupos. Um exemplo, é a Cooperativa de Turismo, nós não temos curso de turismo na UFRPE. Portanto, que professor, que aluno poderia interagir nesse grupo para discutir com eles, como organizar um trabalho se você não conhece a atividade? Procuramos verticalizar a nossa atuação, escolhendo as duas áreas citadas anteriormente. E mais adiante, na terceira fase, fomos mais a fundo nesse processo de verticalização.

Dentro da agricultura familiar, assumimos a proposta de uma agricultura sustentável de base ecológica e, uma agricultura sustentável a partir de um modelo pode não ser o melhor modelo, mas é o que a gente assumiu, o que a gente está tentando construir: a agricultura agroflorestal²⁴. Entendemos que este modelo é o que mais se aproxima de uma perspectiva de sustentabilidade e de adequação ao estilo e ao modo de vida da agricultura familiar,

²⁴ Denominados de agricultura ecológica, onde engloba várias concepções como agroecologia, permacultura, agricultura natural entre outros, que em sua essência visam a redução dos agroquímicos na agricultura, a defesa da agricultura em pequenas propriedades, comercialização direta com os consumidores conservação dos recursos naturais e respeito à natureza.

pelo menos dos grupos que nós trabalhamos. E quando falamos de agricultura familiar, estamos falando de um público bem heterogêneo.

Outro aspecto da INCUBACOOP diz respeito a equipe. Quem é a nossa equipe? A equipe da Incubadora é formada por professores e professoras da graduação e da pós-graduação, alunos da graduação e da pós-graduação e funcionários da Universidade Rural, em diferentes áreas do conhecimento. Então temos agrônomos, médicos veterinários, pedagogos, sociólogos, alunos de ciências domésticas, zootecnistas, sociologia, enfim, por natureza o trabalho requer que seja assim.

Os princípios metodológicos:

- As fontes dos diversos autores que na prática desse curso de associativismo, nos tem inspirado nos leva a colocar de uma forma sucinta o que é que chamamos de princípios gerais. Ou seja, como entendemos que o processo de incubação é eminentemente um processo pedagógico?

Embora todos nós tenhamos muitas vezes uma perspectiva muito técnica, tecnicista, não dá pra pensar num processo como este sem ser numa perspectiva pedagógica. E aí muitos dizem, que a incubação aparece no trabalho de assistência técnica.

Não deixa de ser, é um trabalho de assessoramento, de orientação. Mas ela não bebe na fonte, pelo menos na nossa perspectiva, da perspectiva de uma extensão difusionista, por exemplo, na perspectiva da persuasão. É na perspectiva dialógica da construção do saber, na construção de conhecimentos, da troca de saberes, de valorização do participante, de reconhecer que as pessoas trazem alguma coisa, conhecimentos da sua origem.

O processo dialógico é eminente, se perfaz em toda a abordagem desses grupos.

Como o professor falou muito na questão da participação, queria ressaltar o que é que entendemos por participação nas nossas discussões. Não é estar apenas, é ser também, fazer parte

de todo processo e, sobretudo, sendo, estando e fazendo parte dele ter as condições para tomar as suas decisões. Ninguém da incubadora se coloca numa perspectiva de decidir nada por si só. Pode até demorar em se tomar decisões ou tomar decisões que futuramente possam ser equivocadas, mas a responsabilidade de tomar decisões não é da incubadora.

Nossa ação na incubadora tem duas etapas. Uma etapa, que nós denominamos de pré-incubação e a etapa em que há a incubação propriamente dita. Essa etapa de pré-incubação, tem uma direção baseada em dois eixos norteadores: o primeiro é o eixo de ação que contempla os indivíduos, as pessoas, as famílias e a organização, e essa foi uma das grandes mudanças na nossa forma de agir, porque não é somente a pessoa ou as pessoas que estão dentro da organização, quer dizer, não é ver somente o empreendimento da associação ou cooperativa, mas conhecer as pessoas, também como participantes e constituintes da comunidade, da família e dele mesmo, enquanto pessoa.

Estas questões remetem também à construção da cidadania. Por exemplo, grupos e pessoas individualmente, com o maior desejo de aprender a ler. E às vezes, ficamos falando em competitividade, em planejamento, quando a pessoa em si tem limitações e tem dificuldades, enfim a gente pode não enxergar isso e essas coisas não se entrelaçarem. A nossa perspectiva é olhar para os indivíduos enquanto pessoas em si, ele na sua família, entre a família, ele na comunidade e o próprio empreendimento. Então o conjunto entrelaçado forma esse eixo da nossa abordagem.

O segundo eixo é relativa aos dimensões econômica, social, tecnológica e política. Ora, não se separa a perspectiva econômica da perspectiva social, da perspectiva tecnológica, da perspectiva política. Por exemplo, o que é ser agricultor familiar hoje? Como trabalhar essa perspectiva em assentamentos. Nós trabalhamos numa comunidade e trabalhamos num assentamento. Existem diferenças, muitas diferenças e não dá para não trabalhar essa perspectiva político ideológica de forma igual. E aí alguém disse

assim, quando o professor estava falando: “Como é que é possível esse econômico ter essa visão social?”. Tem um autor polonês do século passado de um livro chamado “A Grande Transformação”, Karl Polanyi²⁵. Nesse livro o autor explica como é que se separou, como é que houve essa separação entre o social e o econômico. Como é que se criou essa entidade mercado quando todos são subalternos ao mercado. Hoje tudo é mercado.

Um outro autor, Alexander Chayanov²⁶, também um autor importante que contempla essa integração entre o econômico e o social, fala um pouco dessa integração dentro da agricultura familiar. Quer dizer, a nosso ver também, essas coisas não se separam. Então veja, nessa perspectiva que a gente se propõe a trabalhar, essas dimensões tecnológicas, econômica, política, ideológica, tentamos fazer com que isso esteja junto, que as pessoas comecem a entender que essas coisas não se separam embora muitas vezes as nossas práticas sejam na perspectiva mercadológica, quer dizer, a produção de orgânicos para o mercado, para a feira agroecológica.

²⁵ Karl Polanyi estudou nas universidades de Budapeste e Viena, formando-se em filosofia e em direito. Lecionou em cursos pelas faculdades de Oxford e Londres, foi professor História Econômica Geral na Universidade de Columbia. O pensamento chave é que, ao invés das relações sociais definirem as relações econômicas, como ocorrido na maioria das culturas que se conhece, no Capitalismo houve uma inversão: são as relações econômicas que definem as relações sociais. A grande transformação foi a Revolução Industrial, eliminando antigos padrões de relacionamento social e colocando novos, baseados nas relações de mercado. Assim, relações de reciprocidade, redistribuição e obrigações para a comunidade foram deslocadas por relações de mercado, provocando mudanças sociais significativas.

²⁶ Chayanov tem como base de seu trabalho o envolvimento técnico e teórico dos estudos direcionados ao campo, principalmente através dos Zemstros (escritórios criados após a abolição da servidão na Rússia (1861) que tinham como missão implementar as reformas decorrentes da abolição. Além do recenseamento da população rural, os Zemstros realizaram várias pesquisas sobre as condições de vida e de trabalho dos camponeses russos) Chayanov conseguiu identificar o que de mais importante se pode observar na estrutura econômica do pequeno produtor. Foi a partir daí que surgem as primeiras conclusões deste autor sobre a economia camponesa.

Mas, não podemos abrir mão e nem perder de vista a perspectiva de que aquela produção também tem o viés do autoconsumo, da sobrevivência, da estratégia de sobrevivência, e aí uma grande diferença do capital, da lógica capitalista. Capitalista não produz pra comer, produz para reproduzir o capital. Ele às vezes nem consome o que produz, e nem sabe como é que se produz, ele sabe como é que se vende, como é que organiza a produção. O pequeno, da agricultura familiar, ele é gestor e executor do seu trabalho simultaneamente. Essa é uma das grandes diferenças.

Dentro da nossa seqüência metodológica, começamos com a divulgação. Essa divulgação e articulação são feitas com o pessoal do terceiro setor e ONG's, divulgação do edital na mídia e articulação da incubadora com os grupos associativos e/ou outros que passaram pelo programa.

Na seleção, fazemos visitas às comunidades e, nessas visitas, organizamos os perfis e fazemos julgamentos à luz de alguns critérios, tais como: a organização do grupo e o seu perfil socioeconômico. A seleção é a primeira etapa da incubação, a pré-incubação faz parte do próprio processo seletivo.

Quanto à organização do grupo, ponderamos e colocamos como sendo importante que o grupo tenha alguns sinais de identidade coletiva, ou seja, que não seja, em linguagem popular, um pega na rua ou soube que a incubadora estava com um Edital, então vão juntar um grupo de dez ou quinze e vão concorrer a isso e ver o que é que dá. Não é assim, vamos tentar identificar um pouco daquela história, como é que aquelas pessoas estão ali, de onde é que vêm? Há quanto tempo estão juntas? Existem sinais de identidade coletiva?

Pode ainda não ser um grupo no sentido sociológico da palavra, mas existem já algumas coisas que o identificam, como tal. Articulações com organizações sócio-políticas, por exemplo, é muito importante, é aquele viés político; que a organização tenha articulação com a comunidade, tenha articulação com o centro social, com entidades da sociedade, com outras ONG's,

é fundamental que isso aconteça. Vivências pré-cooperativas no sentido de cooperação. Algum mutirão que fizeram na comunidade, algum trabalho cooperativo que já tenha sido feito, que possamos resgatar essas experiências e utilizar como referência num processo de novas formas de cooperação.

E uma perspectiva de atividade econômica, ora, que o grupo já tenha pelo menos, ou que já saiba, ou que pratique no mínimo alguma coisa produtiva, porque tem acontecido e acontecia muito de, num processo de discussão com o grupo, chegar no momento da abordagem econômica e o pessoal dizer: Mas, a gente não sabe o que é que a gente quer.

Está certo, vai levar um tempo, mas é preciso que o grupo entenda pelo menos o que quer fazer e o que pode fazer. Não é a Incubadora ou a Universidade que vai dizer o que é que é melhor, mas que as pessoas possam fazer, e também não podem estar sóis. Tem que ser o que é mais viável, o que o mercado quer. Mas, será que é o que as pessoas querem, também? Porque se a gente for muito nessa lógica, de que é o produto que o mercado quer, aí já está começando fora do eixo da lógica da Economia Solidária.

Retomemos aquele perfil que eu falei no início: grau de escolaridade, desempregados, trabalhos precarizados, precariedade no serviço público de saúde e educação. Essa é uma opção nossa da Incubadora, pode ser que outras incubadoras não tenham essa exigência desse perfil sócio econômico. É uma questão política, nossa.

Achamos que, por exemplo, uma cooperativa de médicos tem muito mais condições de suprir e de se inserir dentro de um processo de trabalho, um processo econômico do que uma cooperativa de trabalhadores, em condições de dificuldades sociais e econômicas.

A pré-incubação, se pretende que seja até quatro meses. Tem sido um desafio muito grande para nós, porque em geral, a gente até ultrapassa, mas está consolidado, pelo menos na minha cabeça e na da maior parte da equipe, que isso não pode

passar de quatro meses, porque é um processo preliminar, é um processo que o grupo pode chegar ao sinal verde e não continuar. Por outros motivos, o grupo se desfez; a atividade econômica que eles desenvolviam, viram que não tinha condição de se sustentar. Acontecem mil e uma situações que podem levar o grupo a tomar essa decisão, ou até mesmo a incubadora entender que não dá pra continuar um processo de acompanhamento desse grupo.

Se nessa fase de pré-incubação, o grupo passou, foi aprovado, tem as condições, então ele consta de um diagnóstico para desenvolver ações em comunidade, as quais chamam de “ações de impacto durante o processo de pré-incubação”. Se ficarmos apenas coletando informações ou conversando, marcando reuniões, há um desgaste natural desse processo. Nesse período se faz necessário que se tenha algumas ações para resolver. Isso é encaminhar, sugerir soluções para as situações-problema, e ao final da pré-incubação se avalia essa condição relatada anteriormente. Quer dizer, após a visita, após o julgamento dos critérios, ele entra na fase de pré-incubação. Realiza-se o diagnóstico, e ao final do diagnóstico, se avalia com o grupo se ele tem condições de continuar ou não. Se houver condições favoráveis, passará ao estágio de incubação.

Na fase de incubação temos um tempo pra se balizar. Alguém pode questionar qual é o tempo suficiente? Para nós, na nossa relação, ele é importante.

O processo de incubação, consta basicamente de processos de formação, de acompanhamento e assessoramento. Em cada grupo ou em cada comunidade é necessário fazer um plano de incubação.

Esse plano de incubação/planejamento tem um tempo pré-definido e é onde estão planejadas as ações. Basicamente consta de três fases: uma fase de implantação; uma fase de desenvolvimento e uma fase de desincubação, que é a saída do grupo da incubadora.

Essa saída não quer dizer, necessariamente, que ele vai perder o vínculo com a incubadora, mas o grupo tem que ter uma referência de que a incubadora vai se afastar, e esse tempo vai ser o tempo a partir do qual vamos manter essas relações de cooperação com o grupo e, para isso se faz uma avaliação a partir de indicadores.

Esses indicadores estão em processo de construção, nós, numa parceria com a UFRJ, estamos desenvolvendo um instrumento de monitoramento e avaliação de indicadores. Isto ainda vai ser implantado. São alguns eixos desse instrumento: a questão da sustentabilidade do empreendimento, a questão do crescimento do associado, crescimento da economia solidária e do empreendimento.

Macilene Severina²⁷

Incubacoop/UFPE

A equipe de Agricultura Familiar atua na Zona da Mata Norte prioritariamente, e está trabalhando com um grupo de Lagoa de Itaenga/PE que esteve aqui pela manhã e tivemos a oportunidade de ouvir a fala de Luiz Damião, presidente da Associação dos Pequenos produtores Rurais e Moradores das Comunidades do Imbé, Marreco e Sítios Vizinhos - ASSIM. O trabalho na comunidade é desenvolvido com a temática de produção de hortaliças orgânicas, num processo de transição agroecológica.

Outro grupo é o Assentamento Chico Mendes que fica na cidade de Pombos/PE e que, inicialmente, tem a FETAPE na assistência técnica e a INCUBACOOOP na parte de apoio ao grupo, também na transição agroecológica. O grupo produz hortaliças orgânicas e comercializa principalmente aqui em Recife.

²⁷ Economista Doméstica, Especialista em Associativismo e Cooperativismo - gestão de organizações e Membro da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFPE.

Os dois grupos têm dois pontos de feira, no caso da ASSIM - Lagoa de Itaenga a feira é no Espaço Agroecológico localizado próximo ao Primeiro Jardim no bairro de Boa Viagem, aos sábados. A partir das cinco horas da manhã já tem gente lá, comercializando.

O grupo do Assentamento Chico Mendes, de Pombos, comercializam no espaço da Justiça Federal e ao lado da Igreja Matriz do Espinheiro, respectivamente às sextas-feiras e aos sábados no Sítio da Trindade.

Nós fazemos parte do trabalho de acompanhamento ao grupo, e eles têm atividades agroecológicas. Sabemos que não é fácil, em vista de não se ter outras entidades governamentais e não governamentais acompanhando os mesmos, que são compostos de familiares, e as famílias não são tão grandes, influenciando assim na produção e comercialização, por conta da dificuldade de contratação de mão-de-obra, bem como de emprego de tecnologias para melhor trabalhar a terra.

Iniciamos nosso trabalho como diagnóstico participativo e após essa etapa, inicia-se um trabalho para fazer o projeto de incubação. Permanecemos nos grupos ainda por um ano e meio, atuando nos eixos de nossa incubação que são: Transição Agroecológica, Produção e Comercialização, Associativismo e Vida Comunitária. Buscamos também estreitar as relações com os fóruns de economia solidária e movimentos agroecológicos para que o grupo tenha essa troca de experiências e se fortaleça ainda mais na atividade que executa.

Marcelo Rodrigues²⁸

Incubacoop/UFRPE

Neste momento estamos trabalhando com três grupos da Cadeia dos Resíduos Sólidos, na Região Metropolitana do Recife. Os grupos estão situados em três municípios diferentes: um

²⁸ Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE e membro da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRPE.

grupo em Olinda, que é o Grupo Estação Reciclart, é um grupo informal. Sua atividade principal é com a questão da inovação tecnológica, produzindo tanques-rede para criação de peixes e, agora, estão com uma produção de traveseiros de ostras, a partir de uma melhora da garrafa pet. É uma experiência que está sendo vivenciada em Itamaracá.

Em Abreu e Lima, tem a Associação de Catadores Érick Soares, situada na Comunidade do Fosfato, sendo vizinha da associação a Cooperativa de Reciclagem de Plástico - COOREPLAST, que está agora vivenciando um processo de reforma de estrutura física e compra de maquinário.

O grupo de catadores do qual nós acompanhamos a realização do processo de incubação, é um grupo que tem uma situação crítica, um grupo que trabalha dentro do lixão de Abreu e Lima. Sabemos que as condições do lixão, de qualquer local onde existe despejo de lixo a céu aberto, é uma situação terrível. Quem já visitou, quem já foi lá, sabe das dificuldades daquelas pessoas. E esses produtos que hoje trouxe aqui são os resultados do que é produzido na cooperativa, na Cooperativa de Reciclagem de Plástico do Fosfato. Temos aqui o extrusado, o moído e o aglutinado. Eles vendem para a indústria, é uma forma de beneficiar o produto e agregar valor.

A associação de catadores é um grupo que na nossa meta, junto com eles e as outras entidades que os acompanham, é tirá-los do lixão, mas não que façamos de maneira impensada, sem planejamento, porque é de lá do lixão que eles tiram a sua renda, de onde eles tiram o seu sustento, mas é uma realidade terrível para quem visita, porque o lixão não é interessante. O catador, na cadeia de resíduos sólidos, é o que menos ganha no processo de materialização dos materiais reciclados.

3 MAPEAMENTO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA EM PERNAMBUCO: PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS

3.1. ECONOMIA SOLIDÁRIA EM PERNAMBUCO: ALTERNATIVA DE EMANCIPAÇÃO FRENTE AO DESEMPREGO E À EXCLUSÃO SOCIAL?

Ana Cristina Brito Arcoverde²⁹

Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Sociais e Direitos Sociais - NEPSS/UFPE

O trabalho realizado nos empreendimentos classificados como fazendo parte da Economia Solidária em Pernambuco constitui realmente uma oportunidade frente ao desemprego e à exclusão social.

Quero dizer que minhas preocupações de pesquisadora geralmente se relacionam às temáticas diretamente vinculadas as modalidades de desemprego, ao trabalho informal, às situações de privação, às dificuldades sociais e econômicas, à rede de sociabilidade da população da Região Metropolitana do Recife.

Mas, exatamente com um projeto desses, vamos tomando conhecimento da essência daquelas problemáticas, transpondo barreiras para fornecer sugestões e dar conta dos problemas locais. A existência de empreendimentos econômicos no estado de Pernambuco é um fenômeno que passou a chamar a nossa atenção como pesquisadora depois de 2003. No momento em que coletávamos dados no âmbito do projeto de inclusão e exclusão da população no mercado de trabalho verificamos esse fenômeno

²⁹ Doutora em Sociologia pela Université de Paris III (La Sorbonne-Nouvelle - 1991). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco. Membro de corpo editorial de O Social em Questão e Membro de corpo editorial da Semina (Londrina). Líder do Núcleo de Economia Solidária (NECSO) da UFPE e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Direitos Sociais (NEPPS) da UFPE.

que chamou nossa atenção e passou a nos interessar enquanto pesquisadora. Problematizamos o fenômeno e o trabalhamos como objeto de estudo na pesquisa. Essa é mais ou menos a origem do porque enveredei pela temática e mundo da economia solidária em Pernambuco.

Apresentamos em seguida o objetivo da pesquisa que foi e é analisar a orientação de empreendimentos, ditos solidários, em Pernambuco, que se propõem, na verdade, a desenvolver uma relação de trabalho distinta da capitalista e instaurar uma nova lógica de bem estar produtivo.

A minha preocupação foi analisar em que sentido e orientação esses segmentos de Pernambuco condizem com aqueles princípios da economia solidária e qual a ótica que eles assumem na formação dessas organizações.

As experiências que foram aqui apresentadas e que nos esclareceram, por exemplo, porque a modalidade cooperativa não prosperou e a associação obteve sucesso, nos instiga e nos leva a buscar saber, desvendar o que se passa realmente.

O segundo objetivo da pesquisa foi analisar os princípios da organização das relações de trabalho, da forma de gestão, exercício do poder, a propriedade, distribuição de trabalho financiamento da produção, a cooperação e a solidariedade.

Na verdade os princípios dizem e/ou concretizam o que se pratica, ou seja: se as práticas são ou não de economia solidária que é um fenômeno que não é recente, embora no Brasil não passe de duas décadas. Se você fizer uma análise em termos de mundo vai verificar que os falanstérios³⁰ e outros tipos de empreendimentos aconteceram em épocas pretéritas.

³⁰ Falanstérios ou familistérios são espécies de edifícios-cidade onde as pessoas trabalham apenas no que querem, cada uma com sua vocação. Charles Fourier defende assim o fim da dicotomia entre trabalho e prazer. Nos falanstérios os bens são distribuídos conforme a necessidade. A divisão das riquezas produzidas seria feita considerando-se a quantidade e qualidade do trabalho de cada indivíduo. Os falanstérios de Fourier, a Nova Harmonia de Robert Owen e outras tentativas de criar miniaturas da nova sociedade também fracassaram.

Mas o que é que temos em Pernambuco para traçarmos esses objetivos? Em que consiste uma economia capitalista? Na economia capitalista os regimes de produção visam o lucro. Produzir para vender no mercado para que o capitalista, o dono da unidade produtiva alcance lucro. Esse é um dos princípios da economia capitalista. Nela há uma separação nítida entre os proprietários da produção e os do trabalho, os trabalhadores no sistema capitalista são os proprietários de um dos bens de produção - a força do trabalho. Até o século XVIII as relações de trabalho eram de natureza ou escravista ou de servidão. Depois do século XIX, a força de trabalho é reconhecida como fonte de riqueza e bem do trabalhador e pertinente à economia capitalista. Ou seja, a propriedade do trabalhador é a força de trabalho que termina se transmutando em mercadoria e vendida no mercado, comprada pelo capitalista e paga como salário, cujo valor é determinado socialmente, e nem sempre pago totalmente. O trabalho realizado e não pago, corresponde a mais valia, ao lucro, dinheiro e o capitalista dele se apropria. Basicamente, a economia capitalista gira nesse sentido.

Desde que o desenvolvimento do capitalismo, iniciado no século XIX, se consolidou e mesmo antes com o pré-capitalismo outras modalidades de organização do trabalho conviveram, mas em geral sob aqueles princípios. Historicamente vamos encontrar outras formas associativas, que cabem ser confrontadas com as atuais quanto aos princípios, organização do trabalho, relações de produção, prática associativa concretizada, para então caracterizá-las como distintas da economia capitalista, porque a tipicamente capitalista apresenta todos os seguintes princípios: trabalho assalariado, propriedade privada, socialização da produção, apropriação privada do lucro, etc.

A economia solidária se constitui em uma economia de regime coletivo de produção de mercadorias, mas também de serviços ou de crédito entendidas como atividade econômica. O ciclo da produção no interior das unidades acontece no ritmo dos

que fazem geralmente o trabalho, na intensidade daqueles que estão participando.

Esse é um princípio que geralmente não acontece na economia capitalista porque o capitalista instala um ritmo determinado por ele e paga o trabalho vivo através do salário, sendo o trabalho morto apropriado pelo capitalista que reforça seu poder econômico.

O princípio fim da economia solidária é a propriedade social dos meios de produção. Quer dizer, você não tem um proprietário dos meios de produção, seja do capital seja do trabalho. Todos deverão produzir igualmente, distribuir, vender, e a propriedade termina sendo social porque realmente existe o princípio da solidariedade, ou seja, concretiza princípios mais coletivos. O controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem aos trabalhadores com paridade de direitos.

Ou seja, numa economia capitalista, quem controla? Quem tem o poder de decisão? - Em relação à produção é o capitalista, não é o trabalhador, ele simplesmente executa. É o regime do capitalista liberal que pouco tem a ver com os da economia solidária.

Dentro de uma unidade que seja organizada de conformidade com os princípios de economia solidária, normalmente o controle das decisões deverá ser feito pelo coletivo dos trabalhadores e não por uma pessoa exclusivamente. De outra forma você pode ser caracterizado como um trabalhador ou trabalho autônomo dentro da economia capitalista, ou seja, eu resolvo todas as coisas e me torno um pequeno proprietário, um pequeno produtor, assumo todas as tarefas.

Esses são pontos de discussão teórica trabalhados por nós. A questão do empreendimento e dos trabalhadores se organizarem em processos produtivos estabelecendo estratégias econômicas que dispõem sobre os destinos referentes aos mesmos. O que é que acontece com aqueles produtores e os produtos que atendem às necessidades deles? O que se passa com os que participam

daquela unidade dentro da economia solidária? Existe uma unidade, a propriedade e os meios de produção estão unidos numa só personalidade e a solidariedade que é fundamental, apesar de diferente da sociedade capitalista, acontecem de fato, pois na sociedade capitalista a cooperação acontece também. Toda sociedade tem um princípio de solidariedade, senão não é uma sociedade.

A cooperação, ela acontece no sistema capitalista. Se os trabalhadores não realizarem sua tarefa, cooperarem entre si, a produção não acontece. Existe a cooperação, porém uma cooperação de que qualidade?

Para fundamentar esse trabalho, nós trabalhamos dentre outros com França³¹ e Laville³². O que é que eles nos dizem?

França e Laville afirmam que o capitalismo passou e passa por várias crises e que a economia solidária seria uma alternativa para enfrentar essas crises. A economia solidária responderia a duas perspectivas: viabilidade econômica e objetivos sociais. Depois se percebe que a economia solidária é um fenômeno econômico reconhecido como modo alternativo de produção. Pensa-se que a economia solidária seria uma alternativa econômica de produção não capitalista. Vejam que, não sendo capitalista ou sendo alternativa, teríamos que verificar os seus fundamentos reais. Em que consistiria essa economia solidária?

³¹ Genauto Carvalho de França Filho é Doutor em Sociologia - Université de Paris VII (2000). Atualmente é professor titular da Universidade Federal da Bahia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Estudos Organizacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: economia solidária, associativismo, terceiro setor, economia popular e novas formas de solidariedade.

³² Jean-Louis Laville é sociólogo do CRIDA, foi diretor do Laboratório de Sociologia das Mudanças Institucionais (LSCI), do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), Paris-França, coordenou a publicação *Association, démocratie et société civile*, Paris: La Découverte, 2001, e é autor, com Renaud Sainsaulieu, de *Sociologie de l'association*, Paris: Desclée de Brouwer, 1997. Publicou diversos livros e estudos em economia solidária e iniciativas locais na Europa. Diretor da Rede de Economia Solidária Francesa.

Na verdade o capitalismo é heterogêneo, não existe só o modo de produção dominante, ela também faz parte do sistema capitalista e na verdade é inerente ao sistema capitalista, ele não seria nem alternativo, nem emancipatório nos termos de Marx, mas pelo contrário, ele faria parte da própria heterogeneidade.

Vejam, nós aqui perguntamos: Na realidade, o que é que acontece em Pernambuco, no Brasil? O que é que essas unidades da organização da sociedade civil nos mostram?

Não se tem na verdade discutido, teoricamente, sobre essa realidade. Algumas pesquisas, depois de alguns anos, vêm tentando justamente caracterizar, conhecer esse fenômeno, que peculiaridades apresentam. Precisamos estudar e sistematizar o conhecimento sobre os empreendimentos econômicos ditos solidários no âmbito da academia.

Construímos uma pergunta maior: Como e em quais condições os empreendimentos de Pernambuco se apresentam no contexto da economia solidária? Que idéias em cotejamento com as idéias da economia capitalista vem se materializando em Pernambuco?

Que orientações eles seguem? É uma pergunta que se faz. O que é que se concretiza de verdade? O que é que as experiências das várias comunidades apresentam como economia solidária, que perfis elas têm? São muitas as indagações. Podemos afirmar que elas fazem parte do capitalismo como heterogeneidade, ou se podemos dizer que são alternativas? Podemos dizer que na verdade convivem lado a lado. Mas enfim, de que se trata? É preciso, na verdade, conhecer um pouquinho mais.

Supomos que a economia solidária pode se constituir em um instrumento de luta contra os processos de exclusão, pode se constituir em vetores de inovação, ou ainda em resposta às nossas necessidades frente à incapacidade das administrações locais e regionais em atendê-las.

Então, há essa necessidade de criar algo novo, com características de uma unidade. Feita essa pergunta, fomos estudar aqui no grupo o que é que cada princípio da base da economia solidária coloca.

A autogestão, o próprio nome está dizendo, é gerir por si mesmo, é gerir com o outro. Acontecendo a autogestão, a empresa ou o estabelecimento é gerido pelos próprios trabalhadores como uma forma de organização social horizontal onde não existem hierarquias e as decisões são tomadas pelo coletivo.

A minha pergunta é: Será que os empreendimentos de Pernambuco exercem a autogestão e assim realizam um dos princípios da economia solidária? Que solidariedade é essa que acontece nesses modelos de empreendimentos?

Cooperação, como disse, é ação de cooperar e cooperar com alguém e com algo. No caso do modo capitalista, nós cooperamos para fabricarmos objetos em série. A cooperação na economia solidária tem um outro sentido que exige uma cooperação baseada na reciprocidade, no respeito mútuo. Para que haja cooperação num empreendimento tem que haver interação entre os participantes. É necessário que haja o sentido do bem comum nas atividades conjuntas que realizam e coordenam.

Para a economia solidária a cooperação é fundamental. É aquilo que ontem se colocou, é a união de todos em função do mesmo objetivo, tem que ter um objetivo comum.

O objetivo do trabalhador é um, o do capitalista é outro. O trabalhador trabalha, coopera e o capitalista se apropria da riqueza através da venda dos produtos no mercado. A cooperação tem que acontecer como solidarismo ou solidariedade.

O solidarismo configura-se como uma estratégia de ação política de transferência de responsabilidade, definindo a idéia de que a crise afeta toda a sociedade, sem distinção, e que a superação depende de todos, logo responsabilidade social do Estado.

Nessas últimas duas décadas vem acontecendo, no contexto de reforma do Estado, a transferência da responsabilidade para a sociedade civil. Solidariedade para nós é um desafio. Vivemos num individualismo exacerbado, base que rege o capitalismo, com a impressão de que nós estamos cooperando para o fortalecimento da constituição do “nós”, mas na verdade estamos cooperando no sentido de assumir responsabilidades que são dos outros, e não nossas mas que de fato assumimos.

Solidariedade vincula-se, assim, à idéia da constituição do “nós”, baseado na relação de reciprocidade. No regime capitalista não existe reciprocidade em relação ao resultado da produção, se houvesse reciprocidade a empresa seria coletiva e não de propriedade privada ou de um único dono.

Solidariedade é na verdade um valor humano muito complexo de ser operacionalizado, pois essa operação de solidariedade diz tudo ao mesmo tempo. Dentro dessa perspectiva do solidarismo podemos afirmar que a prática da unidade é fundamental para verificar se realmente concretiza a solidariedade ou o solidarismo.

Temos a mesma forma autônoma de nos organizarmos? Como é que podemos dizer se é ou não solidariedade?

Na academia temos sempre que pesquisar e intervir para que as práticas no interior dessas unidades não se tornem assistencialistas. Nós, do Serviço Social, sabemos que a prática de assistencialismo é diferente ou está distante da prática de direitos. E se é diferente de direitos, como fica o meu direito se é igual ao do outro. Vamos ver em que sentido vamos operacionalizar nesse interior do debate versus realidade e, nesse contexto, o igualitarismo que é diferente da igualdade defendida pelo capitalismo.

A igualdade jurídica é o que compõe a sociedade liberal e o igualitarismo, na verdade é o princípio que rege uma sociedade na qual o sujeito tem uma igualdade absoluta, política, econômica e social e se baseia no seguinte princípio: eu vou participar com

o meu trabalho em igualdade com os demais. Na hora de receber eu vou receber aquilo de que eu preciso. Isso é igualitarismo, é diferente da igualdade onde todo mundo trabalha e cada um tem quinhão semelhante ou igual.

Não é a igualdade jurídica na qual o sistema capitalista está montado. Ela vincula-se a um atendimento comum dos objetivos a serem alcançados, e na verdade temos que estar reciprocamente sentindo o objetivo comum, apesar de nossa sociedade estar fortemente marcada pelo individualismo e distante de avançar para o igualitarismo.

Com base naqueles argumentos, elaboramos um projeto de pesquisa para ir buscar a verdade junto à realidade, pois a realidade é que é o objeto de verdade, é o que mostra realmente o que está acontecendo.

Começamos a trabalhar essa primeira etapa que é a de levantamento, organização de conteúdos dessa temática que chamamos na academia de quadro teórico metodológico, e partimos exatamente para conhecer, no estado de Pernambuco, esses empreendimentos.

Queria sair um pouco da Região Metropolitana do Recife e ter uma idéia de como no Estado de Pernambuco se materializam os empreendimentos classificados como da economia solidária. E também coincidiu com uma experiência que tive no seminário sobre fenômenos econômicos face à realidade do desemprego.

Inicialmente, construímos um mapeamento da economia solidária de Pernambuco utilizando as informações da: Organização Cooperativa do Estado de Pernambuco - OCEPE, as da Economia Popular e Solidária de Pernambuco e da primeira parte do mapeamento do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária, da Secretaria Nacional da Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Com base no material disponível traçamos um mapeamento com todas as unidades ou iniciativas econômicas que conseguimos encontrar, registradas nessas instituições, cruzando e eliminando aquelas que aparecem

três ou quatro vezes. Fechamos quatrocentos e trinta organizações de economia solidária no Estado de Pernambuco. Temos 276 empreendimentos na Região Metropolitana do Recife, ou seja, 65% dessas iniciativas, o que de certa forma sinaliza já uma concentração nas áreas urbanas; temos 11% na região da Zona da Mata, 9% na região do Agreste, 4% na região do São Francisco e 11% na região do Sertão.

Fizemos o mapeamento e simultaneamente elaboramos um questionário com vários itens, que não reproduzimos ainda porque é volumoso, desde os dados de identificação às caracterizações, do tipo de associação, como é que funciona, se existe gestão, se investem na produção, que atividades são desenvolvidas. Como é que nas unidades são executados os princípios que regem a produção? Como é realizada a divisão das tarefas, se é coletiva, se é familiar, e todas as outras informações que foram obtidas na verdade no trabalho de campo.

Esse questionário foi aplicado em todas as sub-regiões e regiões de Pernambuco. Até o momento, 188 questionários de uma amostragem de 196 dos 430 empreendimentos solidários foram respondidos, faltando ainda 28 questionários e, por incrível que pareça, a Região Metropolitana no Recife é a região mais complicada para aplicar esses questionários. As bolsistas de pesquisa vão ao campo, mas não encontram as pessoas, as unidades, às vezes nem sequer as recebem.

Mas, há todo um trajeto percorrido e esperamos chegar ao final do trabalho. Portanto, a Região Metropolitana do Recife apresenta problemas, o que é ruim porque se nós não conseguimos caracterizar o mais próximo da realidade, como é que você pode propor trabalhos exatamente para aperfeiçoar aqueles princípios, aqueles conceitos e aquilo que uma unidade precisa: união para realizar a ação de uma forma solidária. Esse problema nós não tivemos em todas as outras regiões.

Nos resultados preliminares, há uma concentração bem maior na Região Metropolitana do Recife. Esses resultados

sinalizam também quais são as atividades com uma concentração de pluriatividades, ou seja, uma unidade realiza diferentes atividades, que a gente vem encontrando na Região Metropolitana do Recife, e também nas outras regiões.

Há uma distribuição, mas de qualquer forma uma concentração de produção de bens e de pluriatividades numa mesma unidade. Isso pode ser uma necessidade própria da unidade e pode ser também a própria necessidade de existência da unidade em relação a desenvolver mais de um tipo de atividade. Uma coisa interessante e que talvez sirva depois para pensarmos num outro projeto de pesquisa é o tema em relação à existência desses empreendimentos.

Quadro 2

Atividades Desenvolvidas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários em Pernambuco

Pluriatividades	122	28,6%
Produção	121	28,4%
Agricultura	45	10,6%
Consumo	43	10,1%
Comercialização	18	4,2%
Infra-estrutura	17	4,0%
Prestação de Serviços	15	3,5%
Crédito	14	3,3%
Transporte	08	1,9%
Outras	14	3,3%
Atividades não identificadas	09	2,1%
Total	426	100%

De fato, nas duas últimas décadas iniciativas econômicas aparecem e vêm se ampliando no Brasil, e em Pernambuco particularmente. Encontramos empreendimentos que têm mais de setenta anos de funcionamento, iniciados na década de trinta.

Em relação à sua constituição as unidades datam da década de trinta até 2006 quando apresentam crescimento maior do que 26,5%; quer dizer, você tem aí novos empreendimentos, empreendimentos intermediários da década de 1990 com 19,5%, mas temos iniciativas anteriores a 1989, e que perfazem 6% do total registrado em Pernambuco que conseguem sobreviver às crises trabalhando produtivamente. É um fenômeno interessante. É preciso pesquisar ou aprofundar a sobrevivência de empreendimentos econômicos solidários no Estado como novidade e a permanência como unidade produtiva.

Do total estudado constatamos que 57% estão registrados, contribuindo regularmente à OCEPE, e somente 43% não são registrados ainda, o que sinaliza a presença de informalidade nesses empreendimentos. Estamos dando toda a orientação para que sejam registrados, apoio e orientação para possibilitar o acesso a recursos e independência de gestão para que possam tocar seu empreendimento.

Em relação à natureza dos empreendimentos, vamos ter aí uma concentração do que se chama de grupo informal, e por isso fica mais difícil você avaliar o próprio sucesso do empreendimento. Assim 22% são cooperativas, 24% são associações e há outras formas de organização, mas 46% ou são associações ou são cooperativas.

Às vezes, as Cooperativas não conseguem trabalhar aqueles princípios da economia solidária porque, na verdade, a cooperativa pode não representar os princípios da solidariedade, do solidarismo, da autogestão, de cooperação. Pois somos seres humanos com acúmulo de experiências diferenciadas, e a associação tem conotação mais política do que propriamente voltada para a produção de bens e serviços ou mesmo oferta de financiamento. Conhecer se cooperativas e associações realmente executam certos princípios depende do conhecimento da produção que realizam, da comercialização.

De qualquer forma, cooperativa e associação são formas de organização bastante freqüentes no Estado de Pernambuco. Além disso, e a título ilustrativo podemos afirmar que não existe empreendimento que execute só uma atividade econômica, ele tem que realizar mais de uma atividade econômica para sobreviver no mercado.

Além disso, 36% dos empreendimentos estudados dizem que surgiram de várias outras formas que não sejam a busca da sobrevivência e a necessidade de complementar a renda. Temos os motivos pelos quais as pessoas foram levadas ou pensaram em se organizar como empreendimento: forma de sobrevivência, complementação de renda como alternativa às necessidades, se tornarem patrões de si mesmos. Quer dizer, o inconformismo como desemprego, mas, sobretudo, com a questão da exploração. Identificamos um problema: a rotatividade muito grande de cooperados, de pessoas que se envolvem, muitos saem, depois voltam outra vez. Portanto, como é que sendo uma cooperativa, sendo uma associação e tendo esses princípios, existe essa grande rotatividade. Tem algumas pessoas que permanecem e outras que saem. Isso mostra a permanência naquele tipo de organização e também o interesse de alguns que entram e saem e não encontram ou não se encontram no empreendimento quanto ao atendimento daquele interesse, que deveria ser o interesse comum.

Na escala da produtividade temos 36%, quer dizer, não houve saída, 36% das empresas começaram e continuam hoje com as mesmas pessoas que iniciaram. Agora, ele entra no empreendimento e sai à medida que você tem uma oferta de emprego formal, quer dizer, algo temporário, uma estratégia de sobrevivência. Não se adaptou às regras, quer dizer, as regras não são as mesmas da economia capitalista, as regras são da economia solidária.

Para que o objetivo do trabalho aconteça na consciência de cada um é preciso que vocês acreditem nas regras que estão estabelecidas, senão vai haver regras diferentes das regras da

unidade. Observamos que as pessoas não acreditam naqueles ideais. Este é um problema da unidade que não tem os princípios da economia capitalista.

Quanto aos princípios desenvolvidos, aqueles de autogestão, solidariedade etc., observaremos que 38% desses princípios não se aplicam a esses empreendimentos que nós encontramos. Ou seja, a cooperação não é aquela cooperação no sentido de “nós” e a solidariedade, também não acontece nessas áreas de cooperação. Portanto, eles não se aplicam dentro dos princípios da economia solidária. No entanto, nos empreendimentos vamos verificar que esses princípios se operacionalizam, porque em 22% vamos encontrar essa solidariedade da economia solidária. 15% na cooperação o que se entende por princípio de cooperação, 12% outros princípios, 7% de igualdade, 2% na reciprocidade que é fundamental para que os empreendimentos sejam solidários. Cooperação e igualdade também acontecem aqui, isso preocupa um pouco, 31% apesar de haver 62%, onde acontece que os princípios se concretizam.

Em relação à divisão de tarefas entre os membros do empreendimento, 73,3% dizem existir divisão de tarefas e 31,8% não há divisão de tarefas. E 4,5% não se aplicam. Dependendo do que produzem você tem que analisar corretamente. Se cada um que assume uma dada tarefa vai receber segundo o que produziu, ou segundo o que a totalidade produziu, seja: repartindo-a de uma forma igualitária que não é o mesmo que igualdade entre os que fabricam mais, e ganham mais ou se fabricam menos ganham menos.

A divisão limita a responsabilidade? Eles disseram não. Apesar de ter essa divisão, a responsabilidade é a mesma na execução da tarefa. Assim, 32% disseram sim e, 19% não se aplicam à divisão como limite da responsabilidade. Apesar da divisão, se sentem responsáveis pela atividade produtiva ou pela comercialização que realizam. O que é muito importante para nós em relação a isso. Não existe financiamento, setenta

por cento sobrevive sem financiamento externo, o que significa certa autonomia. Quer dizer, eles conseguem trabalhar, produzir e sobreviver com os próprios recursos. Eles estão mais atentos com relação às condições do financiamento para não criar uma dependência no empreendimento e porque os juros cobrados complicam. O fato de ser devedor tem um valor muito importante para essa população.

Assim, 71% não têm financiamento, outros 10% tem financiamento de bancos, 7% do setor público, 3% são financiados por algumas organizações internacionais, 3% não governamentais e, por outros agentes financeiros temos 3%. Ou seja, eles em matéria de financiamento têm 71% de autonomia.

Como fazem a distribuição dos ganhos. Como é que eles fazem essa distribuição? Segundo os entrevistados, 37% distribuem os ganhos conforme a produção de cada um, 23% em partes iguais, 17% de forma diferenciada, 17% não se aplica, 3% ainda não possuem ganhos. Portanto, a distribuição dos ganhos é heterogênea. Mas chamam a atenção dois percentuais: 37% conforme o que produz e 23% em partes iguais. No caso dos 23%, que dividem em partes iguais, pode-se afirmar que estão se aproximando realmente daquele princípio da distribuição igualitária apreendida pela economia solidária. Quer dizer, dividem os ganhos da venda dos produtos ou da prestação de serviços em partes iguais.

Os dados apresentados são considerados preliminares no que se referem ao que esses empreendimentos econômicos “solidários” concretizam no Estado de Pernambuco. Temos que ressaltar ainda que é precipitado afirmar que estamos construindo uma economia solidária no Estado de Pernambuco. Ao final, queremos realmente ter mais consistência teórico-metodológica para afirmar o que acabamos de observar, mas precisamos ter cautela ao configurar isso como uma nova economia a partir da consciência possível de se concretizar na prática.

3.2. PROJETO DE MAPEAMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM PERNAMBUCO

Professor Paulo de Jesus³³

Programa de Associativismo para Pesquisa, Ensino e Extensão / UFRPE

O Mapeamento da Economia Solidária em Pernambuco é uma pesquisa que vai nos ajudar a analisar e a definir alguns encaminhamentos, sobretudo algumas políticas públicas em relação à economia solidária. Também queremos registrar que essa pesquisa da Professora Ana Arcoverde, assim como a pesquisa que vamos apresentar, reflete um momento de muita valorização na sociedade brasileira em torno do fenômeno da economia solidária e essa valorização, sabemos, alguns autores já trabalharam nisso, decorre da crise em que estamos presenciando no momento na sociedade brasileira: a crise de emprego que é também uma crise de improvisação. Essa valorização da economia solidária dá margem a esforços e iniciativas de mapeamentos.

Participamos de um outro projeto de mapeamento da economia solidária e assumimos o papel de coordenar, aqui em Pernambuco, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, com o Professor Gilvando Sá Leitão Rios³⁴, que aqui está presente, fazendo parte da equipe. Ela teve a coordenação nacional do Professor Luiz Inácio Gaiger³⁵, da UNISINOS do Rio Grande do Sul

³³ Doutor em Ciências da Educação - Université de Paris VIII (1992) Em 1999, fez estágio de Pós-Doutorado no IEDES/Université Paris I - França, pesquisando sobre a relação entre Educação e Economia Social e Economia Solidária. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Diretor do Departamento de Educação da mesma UFRPE. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação de Adultos, atuando principalmente nos seguintes temas: cooperativismo, autogestão, cidadania, educação para a cooperação e educação de adultos.

³⁴ Professor do Departamento de Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris-França.

³⁵ Doutor em Sociologia da Religião e dos Movimentos Sociais pela Université Catholique de Louvain (1991) e pós-doutor pela Université Catholique de Louvain (1997). Atualmente é Professor Titular I - DE da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

e dela resultou a publicação “Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil”.

Aos poucos a sociedade brasileira tem a oportunidade de conhecer melhor a economia solidária, seu estado no Brasil, a partir dessas e de outras pesquisas que estão se desenvolvendo.

Ao lado desse esforço de conhecimentos da economia solidária no Brasil, há também um esforço significativo do ponto de vista político que é a organização dos empreendimentos e dos empreendedores da economia solidária. Nos anos 2002 e 2003, paralelamente por ocasião do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, se constituiu o Fórum Nacional da Economia Solidária que tem tido uma importância significativa na constituição política para a implantação, na consolidação e no fortalecimento da economia solidária em nosso país. Desse Fórum Nacional surge a idéia de se organizarem Fóruns Estaduais de Economia Solidária, e aqui em Pernambuco temos já organizado o Fórum Pernambucano da Economia Solidária. Algumas pessoas que participam ativamente desse Fórum estão participando do presente Seminário.

O Fórum Pernambucano da Economia Popular Solidária começa aqui e acolá a dar sinais de vida e de força e tem evidenciado preocupação em interiorizar-se através de Fóruns Regionais e Fóruns Municipais, numa luta que dará uma visibilidade maior à economia solidária. Mas, dará também um cunho político que poderá resultar em definição de algumas políticas públicas, seja municipal, estadual e/ou federal. Com o Fórum Nacional, mais fatores sociais impulsionam esses propagadores que decidem se organizar em empreendimentos solidários, sejam cooperativas populares ou associações ou ainda grupos informais. Você vai conversar com um vereador, por exemplo, para que ele destine alguma coisa em nível do município e o vereador pergunta: mas como é que está a economia solidária aqui no Município? Quantos empreendimentos nós temos? O fato de não termos a informação do que somos, do que representamos numericamente, isso nos

deixa muito fragilizado. Daí a importância desse trabalho de mapeamento. Este mapeamento é também um instrumento de articulação entre os empreendimentos e ele favorecerá a criação do Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária, o SIES, que vai ser institucionalizado pelo Ministério do Trabalho, (até o final de fevereiro deve sair uma portaria do Ministério do Trabalho criando o SIES dentro do Sistema Nacional de Inovações da Economia Solidária, que contemplará a criação do sistema estadual de informações da economia solidária) e o sistema estadual será gerido em cada estado, por uma comissão estadual que hoje temos como equipe de gestão estadual do projeto de mapeamento, que vai aproveitar essas experiências das CGEs para transformá-las em Comissão Estadual, ou então Gestora Estadual do Sistema Estadual de Economia Solidária, dando autonomia a essa comissão. Naturalmente essa comissão será vinculada ao Fórum Pernambucano da Economia Solidária e essa comissão será constituída por pessoas indicadas por instituições ou representantes de instituições indicadas pelo Fórum Pernambucano de Economia Solidária.

A partir dessa efervescência, dessa valorização, dessa importância econômica da economia solidária neste momento no nosso país e no nosso Estado, integrantes do Fórum Nacional e dos Fóruns Estaduais revelaram que se ressentiam muito da inexistência de informações confiáveis em torno da economia solidária no Brasil e em cada Estado. Daí o Fórum Nacional da Economia Solidária ter reivindicado e ter batalhado para que se desenvolva uma pesquisa que produza uma base de dados, uma base de informações em torno da economia solidária no Brasil e em cada Estado. Os Fóruns Estaduais, como o Fórum Pernambucano da Economia Solidária também comprou essa idéia e começa a batalhar com outros Estados e com o Fórum Nacional, junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego, para que o Ministério financiasse esse mapeamento da economia solidária no Brasil.

E é curioso que a economia solidária no governo federal esteja situada no Ministério do Trabalho e Emprego e não no Ministério da Fazenda. Por quê? Porque, como a professora Ana ressaltou bem, e ontem o professor Aécio deve ter ressaltado, a característica, a racionalidade, a natureza da economia solidária, isto é, o fato da economia solidária se centrar no trabalho e não no capital dá margem e explica essa resolução política da Secretaria Nacional da Economia Solidária estar vinculada ao Ministério do Trabalho e do Emprego e não ao Ministério da Economia ou ao Ministério da Fazenda, por exemplo.

Pois bem, esse projeto foi aprovado, foi elaborado pelo Fórum Brasileiro da Economia Solidária e Pelo Fórum Pernambucano da Economia Popular e Solidária. O Fórum Pernambucano recebeu a delegação, recebeu a incumbência, o mandato de constituir uma equipe gestora estadual para este projeto de mapeamento da economia solidária. A equipe gestora foi constituída por representantes do Centro Josué de Castro, Diretoria de Economia Solidária da Prefeitura da Cidade do Recife, Cáritas Regional Nordeste 2, Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, Delegacia Regional do Trabalho, Casa da Mulher do Nordeste, Incubacoop/UFRPE, ANTEAG, FASE, Usina Catende, FETAPE, Incubadora de Empreendimentos Solidários da Unitrabalho na UFPE, FUNDAJ, Lírio do Vale, Cooperativa Mista Stilo e Arte e Projeto Dom Hélder Câmara. Esse grupo constitui, pois, a Equipe Gestora Estadual. Essa equipe escolheu para realizar a pesquisa a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INCUBACOOP, da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Vamos apresentar o projeto e alguns resultados desse mapeamento no caso de Pernambuco. Lamentavelmente os resultados estão ainda muito preliminares, depois iremos falar um pouco do estado da pesquisa que não nos dá margem ainda a se terem resultados de Pernambuco e de Brasil para se fazerem comparações, mas logo teremos tais condições e esperamos ter a

oportunidade de promover eventos como este para que possamos disseminar essas informações.

Esse mapeamento, no Brasil todo, ele aconteceu em duas fases, conforme a diretriz do termo de referência do mapeamento nacional. Vamos colocar alguns elementos sobre a fase um e a fase dois. A realização de dois processos de coleta de informações são designados como Fase 1, da qual nós não participamos, não foi da nossa responsabilidade o desenvolvimento da Fase 1 que produziu uma lista dos empreendimentos solidários de Pernambuco. A listagem foi o ponto de partida, também no Projeto da Professora Arcoverde. O mapeamento no projeto da professora partiu dessa listagem, uma listagem feita a partir de quê? A partir de informações de diversas instituições que apóiam empreendimentos, que tem políticas de apoio a empreendimentos da economia solidária. Foi uma tentativa e um esforço muito grande que se fez em todos os estados e aqui em Pernambuco, nós acompanhamos, mas os resultados não foram muito úteis na segunda fase da pesquisa. Tivemos muitas listas, uma diversidade enorme de listas, cada uma maior do que a outra. Só que a consistência dessas listas, a veracidade dessas listas não era muito grande. Havia indicações, nomes de empreendimentos com endereço e com telefone, quando se ia lá, no endereço indicado, o empreendimento não existia ou o empreendimento não tinha as características de um empreendimento econômico solidário.

A Fase 2 é a coleta de informações com visitas. Nessa fase se fez a aplicação do questionário, sobre o qual falaremos mais adiante.

Após a conclusão, na Fase 1, da verificação de listagem, passamos para a Fase 2, a aplicação do questionário em todo o território nacional. Cada Estado organizou uma Equipe Técnica para aplicar os questionários. Houve seleção para aplicadores de questionário, houve formação dos aplicadores na temática de Economia Solidária e desenvolveram-se oficinas com os aplicadores

em torno do questionário a ser aplicado e em torno de situações de coleta de dados.

É importante no começo colocar um pouco o que é, no contexto de nosso mapeamento, um Empreendimento Econômico Solidário. Depois de muito estudo, muita discussão, pactuaram-se algumas características do empreendimento econômico solidário. Isso é importante porque no convite que foi distribuído para este Seminário provavelmente todos os presentes observaram o texto abaixo do convite (quem recebeu pela Internet, tinha um texto que falava em economia popular solidária e o próprio Seminário é um Seminário da Economia Popular Solidária). Há distinção, há diferença entre o que é chamado economia popular solidária e o que é chamado de economia solidária? Ou é coisa de intelectual que gosta de adjetivação e aí dá uma diversidade muito grande.

Se vocês consultarem o livro “A Outra Economia”, que foi organizado pelo professor Antônio Cattani e que nós tivemos a oportunidade de participar, com três verbetes (Cooperação, Desenvolvimento Local, Inclusão / Exclusão), verão cinco denominações para a mesma coisa, ou seja, para a economia centrada no trabalho e não para a economia centrada no capital. Tem a economia popular solidária, a economia popular, a economia solidária, a economia do dom, a economia social.

Gostamos muito de adjetivar, só que na adjetivação vai uma diferença, tem uma variável, por exemplo: no texto que foi distribuído com o convite se coloca economia popular, por quê? Porque os empreendimentos são iniciativas de grupos populares e também exclui da economia popular os empreendimentos que são massa falida, no entanto, massa falida assumida pelos trabalhadores, como, por exemplo, a Usina Catende, a Fábrica de Moreno (que produz cobertores), no mapeamento em pauta integram a Economia Solidária.

Voltemos às características dos empreendimentos solidários. Peço permissão para ler as características definidas e

que estão presentes GUIA DE ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS DO SIES (MTE, 2006, p. 6):

1. Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem a gestão coletiva das atividades e dos seus resultados.
2. Permanentes e não práticas e eventuais, como, por exemplo, os mutirões. Incluem-se tanto os empreendimentos que se encontram implantados, em atividade, e aqueles que estão em processo de implantação (quando o grupo de participantes já estiver constituído e a atividade econômica do empreendimento definida, embora não em funcionamento efetivo).
3. Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
4. Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização.
5. Singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

Acontecia, por exemplo, que na listagem que fizemos na primeira etapa da Fase 1, havia a indicação de um Empreendimento Y. Quando se ia conversar um pouco mais com as pessoas do empreendimento, se percebia, por exemplo, que se tratava de uma

associação de bairro que não tem uma produção, que não tem um grupo com uma produção econômica. Então, assim não atendia as características de EES definidas para a pesquisa do mapeamento. Ficava claro que o objetivo dela era muito mais um objetivo de congregar as pessoas para reivindicarem, politicamente, melhorias de infra-estrutura, por exemplo. Ela não tem um produto, uma produção comercializável que dê renda para os membros daquela associação. Porém, se a Associação dos Moradores do Bairro da Iputinga, por exemplo, tiver lá dentro, congregar lá dentro um grupo de artesãos, aí sim, esse grupo pode participar desse mapeamento, mas não a Associação dos Moradores do Bairro de Iputinga. O grupo de artesãos do bairro de Iputinga, mas não a associação.

Quanto aos objetivos do mapeamento, podemos sintetizar: estão relacionados com aquela perspectiva de se dispor de uma base de informações para que essas informações subsidiem as lutas políticas por políticas públicas para que beneficiem, sejam favoráveis aos empreendimentos de natureza popular da economia solidária.

Quais foram os elementos essenciais do mapeamento em Pernambuco? O primeiro foi a constituição da Equipe Gestora Estadual e a partir daí a estruturação da Coordenação Estadual e das Coordenações Regionais: na Região Metropolitana do Recife, na Mata Norte, na Mata Sul, no Agreste, no Sertão do Moxotó, juntando pela proximidade o Sertão do Moxotó com o Agreste, uma coordenação no Sertão do Pajeú, Central e do Araripe e uma coordenação do Sertão do São Francisco.

A constituição da equipe de aplicação do questionário é de cada território ou coordenação regional. A idéia foi selecionar aplicadores do questionário nos diversos locais, nas diversas coordenações, nas diversas regiões. Houve sucesso no que diz respeito aos aplicadores dos questionários do sertão, do Sertão do Pajeú, Central e Araripe, do Sertão do São Francisco e também do Agreste-Sertão do Moxotó. Na Região Metropolitana os aplicadores

eram mais de Recife do que de outras cidades, da Mata Norte e Mata Sul os aplicadores eram da região. Houve uma divulgação nas regiões para a seleção, no caso da Região Metropolitana do Recife a gente não mobilizou do campus da Universidade porque para selecionar foi uma dificuldade. Nos últimos dias estávamos com poucos candidatos, colocamos então alguns aqui do nosso campus e deu para compor bem a equipe. Tivemos dois dias de formação, discutindo economia solidária, discutindo o projeto e discutindo o questionário em oficina com esses aplicadores. Interessante que essa equipe da Região Metropolitana, da Mata Norte e da Mata Sul, posteriormente teve que dar apoio ao Sertão e ao Agreste. Deslocamos pessoas daqui para o Sertão e o Agreste, em razão das pessoas que estavam com esse trabalho lá não conseguiram fazer no tempo que hábil.

É preciso também dizer que o mapeamento que nós empreendemos em Pernambuco e nos outros Estados - é um projeto nacional - ele não é um censo, não tínhamos condições de fazer o censo da economia solidária no Brasil. Optamos por fazer uma amostra da economia solidária, um mapeamento, por Estado. E qual foi o critério da definição quantitativa da amostra? O critério: as listas da Fase 1. Com elas se negociaram as amostras dos diversos Estados. No caso de Pernambuco, a lista produzida na Fase 1, com toda a dificuldade e inconsistência, deu margem a definir uma meta de mil questionários para Pernambuco. Chegamos a mil e quatro empreendimentos.

Fizemos uma distribuição desses mil questionários, seguindo mais ou menos a indicação sinalizada pelas listas da Fase pegando da lista e distribuindo os empreendimentos: a Região Metropolitana, 200 questionários ou duzentos empreendimentos; a Mata Norte, 110; a Mata Sul, 150; o Agreste, 190; o Sertão do Moxotó, 170; o Pajeú Central e o Sertão de São Francisco, 180. A meta foi cumprida, mas a distribuição entre as regiões alterou-se um pouco.

Vamos apresentar rapidamente o questionário para os senhores e as senhoras, já que não temos muitos dados preliminares para apresentar. Para terem uma idéia e saciar um pouco a expectativa da informação que vamos poder disponibilizar no final desse mapeamento.

Temos um rol de questões que tratam da abrangência e características gerais do empreendimento: há dados de identificação, formas de organização, CNPJ, motivos de criação, se a atividade já é desenvolvida de forma coletiva, enfim, alguns aspectos que dão margem a uma primeira caracterização do empreendimento, totalizando dezesseis questões.

O outro conjunto, de catorze questões, trata da tipificação e dimensionamento das atividades econômicas: as principais atividades econômicas, produtos, matérias primas e sua origem, onde e o que compram, os insumos como compram, a sede, os equipamentos, se são cedidos, se são alugados, destino dos produtos, como se dá a comercialização, quais são as dificuldades de comercialização, a questão da divulgação, se o empreendimento teve a oportunidade de fazer alguma atividade de divulgação e quais são as dificuldades maiores que o empreendimento enfrenta.

O outro bloco diz respeito a investimentos, acesso a créditos e apoios. Aí estão dezesseis questões, onde se pergunta a origem dos recursos, tipos de investimento, valor, se teve acesso a crédito e outros, qual a finalidade, a fonte, o valor do crédito, situação do pagamento, se está ou não em dia naquela ocasião. Necessidades, dificuldades, apoio, apoio técnico, apoio político que o empreendimento recebe, quais são as entidades que dão apoio a esse empreendimento, assessoria, assistência ou capacitação, são questões que dão margem a essas informações.

Quanto à gestão do empreendimento, temos cinco questões a ela relacionadas: Instâncias de direção e coordenação, participação dos sócios nas decisões, periodicidade de assembleias,

reuniões de sócios, enfim, questões que dizem mais respeito ao perfil da gestão.

Onze gestões estavam relacionadas com a situação do trabalho no empreendimento: número de sócios que trabalham, tipo de remuneração e outros benefícios, se o empreendimento tem trabalhadores assalariados ou não tem, qual o tipo e qual o valor de remuneração dos trabalhadores assalariados no empreendimento. Por exemplo, se o empreendimento é grande, ele pode ter um contador que não é associado, mas é contratado.

Dez questões tratavam da relação do empreendimento com os movimentos sociais e populares: se o empreendimento tem alguma participação nesses movimentos, se tem alguma ação social ou comunitária, visão sócio-política e ambiental, iniciativa quanto à qualidade de vida dos sócios, a questão dos resíduos do empreendimento, enfim, qual é o destino que é dado ao lixo pelo empreendimento. Também se abordou a participação em rede ou fórum, qual a participação do empreendimento, se o empreendimento tem alguma participação em rede, se conhecem o Fórum Pernambucano de Economia Popular Solidária.

Ao final o questionário tem mais de setenta questões, todas elas de múltipla escolha, mas sempre com a possibilidade, em muitas delas, de se acrescentarem outras respostas.

Algumas questões solicitam priorização, hierarquização das respostas: primeira, segunda, terceira, e em outras se pede múltipla escolha. O empreendimento pode fazer opção em até três respostas. Isso não foi fácil. Uma outra orientação metodológica que conseguimos na maioria dos casos, mas não em todos: a resposta ao questionário fosse dada ou a aplicação do questionário fosse feita, fosse procedida junto a pelo menos dois associados, dois membros daquele empreendimento. Isso deu muitos conflitos, a visão de uns e a visão de outros, houve dificuldade para se chegar a uma resposta única, mas foi também uma característica metodológica muito interessante que eu gostaria de destacar.

Apresentado o questionário com a intenção de mostrar que tipo de informação iremos disponibilizar quando terminarmos o desenvolvimento desse mapeamento, passamos agora a apresentar alguns poucos resultados preliminares, pois o relatório que recebemos ainda não foi analisado, criticado, trabalhado. Portanto, não é fácil em pouco tempo preparar mais informações para disponibilizarmos imediatamente.

- Um primeiro resultado é que, em Pernambuco, conseguimos mapear empreendimentos em 128 municípios, o que representa 70% do número de municípios do Estado. Essa amostra geograficamente nos parece significativa, mesmo que alguns municípios estejam presentes com apenas um empreendimento, mas ele está presente. Desses 70%, desses 128 municípios há uma concentração muito grande na capital. Assim, 111 questionários ou empreendimentos são da cidade do Recife. Quer dizer, no final daquela meta inicial de 200 e depois de 220 empreendimentos na Região Metropolitana, 111 se concentraram na capital - Recife.
- Os questionários evidenciaram 600 associações e 327 grupos informais (32% dos empreendimentos nessa amostra de mil empreendimentos são grupos informais); o número de cooperativas é muito reduzido, pois intencionalmente só foram incluídas cooperativas populares, cooperativas de assentamentos de reforma agrária, por exemplo.
- Motivos para a criação do empreendimento foi outra questão investigada pela professora e pelo grupo, e que seria interessante até compararmos esses motivos.
- O motivo de criação mais indicado pelos empreendimentos foi: alternativa ao desemprego. Ou seja, os empreendimentos foram formados na sua grande maioria desta amostra, como alternativa ao

desemprego; em segundo lugar encontra-se o acesso ao financiamento, com 175 respostas. Então, se organizaram em associação, por exemplo, porque era mais fácil ter acesso a uma política pública, ao financiamento. Sabe-se que na zona rural é muito presente, é muito forte a questão política. O Estado de Pernambuco e os outros Estados, pelo menos no Nordeste, muito se vincula a política pública a uma associação, a uma cooperativa e aí as pessoas se organizam tentando em primeiríssimo lugar a facilidade que vão ter como associação, de ter acesso àquela política pública. Também 95 empreendimentos colocaram como motivo para a sua formação obter maiores ganhos, 98 como renda complementar, 85 por ser uma propriedade coletiva e recuperação de falência, como comentado a pouco, 5 empreendimentos.

- Uma outra informação: número de participantes no conjunto de mil empreendimentos, em Pernambuco: um pouco mais de 57.000 pessoas, das quais 34.161 são homens, o que contraria a informação ou a impressão que na Economia Solidária atuam mais mulheres que homens. Nossa amostra, como se viu, comprovou exatamente o contrário. Essa tendência de que a economia solidária abrigue mais homem que mulher, se manifestou em Pernambuco, segundo Roberto Alves Marinho³⁶, essa tendência é nacional.

Gostaríamos de colocar um pouco como é que estamos e quais são as perspectivas para a divulgação ou disseminação desses resultados. Dissemos que vamos ter a institucionalização do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Isso será feito através do Ministério do Trabalho e Emprego, com uma portaria do Ministro criando esse Sistema Nacional de Informações

³⁶ Os relatórios regionais, estaduais, municipais e nacional do Mapeamento estão disponíveis em: www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.

em Economia Solidária. Quanto a esse mapeamento, até o final de janeiro de 2006, teremos o resultado da análise feita pela UNISINOS e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que vai nos dar uma base consolidada de dados. O grupo do IPEA e da UNISINOS está analisando todos os relatórios preliminares a partir da digitação e até o final de janeiro, ou seja, em breve, esperamos ter essa análise consolidada de dados. Até oito de março deste ano (2006), essa equipe, IPEA e UNISINOS, vai dar o resultado de uma análise de consistência de dados³⁷: grau de consistência, fragilidades, possibilidades de cruzamento de informações. Esse plano de análise vai nos oferecer esse produto, esse resultado. Até julho de 2006, quando teremos em São Paulo a Feira Nacional da Economia Solidária, iremos ter produzido a nível nacional, no agregado nacional, o Atlas da Economia Solidária no Brasil, além de folder e outros materiais de divulgação. Com a institucionalização do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária, teremos em cada Estado, a Comissão Gestora Estadual do Sistema Estadual de Informações em Economia Solidária. Essa Comissão terá autonomia para adotar determinadas iniciativas, buscar financiamentos para determinados projetos e, então, colocaremos em ação a idéia que anunciamos do nosso projeto de devolver esses dados às regiões.

Creio que teremos que esperar um pouco, discutir com essa Comissão Gestora Estadual e, evidentemente, com o Fórum Pernambucano de Economia Solidária, como realizar esses seminários regionais para a divulgação, para a devolução e a disseminação dos dados.

Também interessante é que esta Comissão Gestora Estadual terá autonomia, segundo Roberto Marinho (MTE), ela terá autonomia de alimentar a base de dados, porque se nós estamos com mil e quatro empreendimentos, nada impede que façamos um projeto para chegarmos a 2.000, para chegarmos a

³⁷ O Atlas da Economia Solidária no Brasil está disponível em: www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.

1.500 na base de dados. Sabemos que Pernambuco não tem só mil empreendimentos. Isso foi inclusive uma questão muito séria para nós, considerando a fragilidade das listas a que nos referimos (primeira fase).

Para chegarmos a uma lista mais confiável, aproveitamos os Encontros Regionais da FETAPE. Íamos, um grupo de quatro ou cinco, para, por exemplo, Carpina. A FETAPE fez um seminário e fomos à noite para Carpina. Éramos cinco e apresentamos o projeto e pegamos a lista que tínhamos e conversamos com sindicalistas da FETAPE visando confirmar ou não a lista e acrescentar outros Empreendimentos. Foi uma estratégia que ajudou.

Uma outra informação, nessa perspectiva de uso e consolidação da informação, é que vai ser criado o Centro Nacional de Informação da Economia Solidária do Rio de Janeiro, na sede do PAPE. Será também uma outra instância documental em torno da economia solidária que favorecerá muito as pesquisas, os estudos e as discussões em torno da economia solidária.

4 LEGISLAÇÃO ESTADUAL SOBRE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA, AS AÇÕES DO GOVERNO E PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO NO ESTADO

Augusto Severo Martins³⁸

Prefeitura de Afogados da Ingazeira - PE

Em nosso gabinete estamos desenvolvendo alguns trabalhos ligados a Economia Popular e Solidária. Somos também, membros do Fórum Pernambucano de Economia Solidária, participando desde o ano de 2005, onde já tivemos a oportunidade de sediar um encontro do Fórum, bem como a realização do Festival de Economia Popular e Solidária, que foi realizado na Região do Pajeú, tendo como sede do evento, a cidade de Afogados da Ingazeira.

Apresentamos um projeto do Centro Público de Economia Solidária junto a Secretaria Nacional da Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, este projeto está aprovado, estamos agora na parte das exigências burocráticas e acho que em março, deve estar sendo liberado o recurso, para que possamos construir o Centro Público de Economia Solidária, que vai ser colocado como um apoio às organizações que tem um trabalho nessa área: associações, cooperativas, grupos de mulheres e grupos informais de artesanato. Nós temos um trabalho com a área urbana, em cada bairro de Afogados da Ingazeira existe um conselho que nós chamamos Conselho Comunitário Urbano, que tem um trabalho efetivo, e na área rural, nós dividimos o município em dezesseis pólos, pois temos cento e uma comunidades rurais que estão agregadas em dezesseis áreas, que são Centros Públicos de Desenvolvimento Rural – CPDRs. E nesses CPDRs, nós estamos fazendo um planejamento de todas as potencialidades e dificuldades da área rural do município. Agora em fevereiro,

³⁸ Vice-prefeito do município de Afogados da Ingazeira-PE e participante do Fórum Pernambucano da Economia Popular Solidária.

estaremos concluindo o planejamento participativo e vamos discutir esse plano com os parceiros, sindicatos de trabalhadores rurais, a Diaconia³⁹, a ECOSOL Pajeú⁴⁰ a COOPAGEL e demais parceiros para ver como é que poderemos estar realizando as parcerias, e melhorando a qualidade de vida das famílias que estão na área rural, lá em Afogados da Ingazeira. Com este trabalho que a gente está fazendo, estamos procurando estudar a legislação da economia solidária como uma alternativa à inclusão social no mercado de trabalho, como a gente viu de manhã aqui. É importante buscar dias melhores de forma solidária, na construção de uma nova sociedade, um novo mundo.

³⁹ Maiores informações sobre a Diaconia em: www.diaconia.org.br.

⁴⁰ Maiores informações sobre a ECOSOL em: www.ecosol.org.br.

Deputada Teresa Leitão

Assembléia Legislativa de Pernambuco

Introdução

De início agradeço o convite para participar deste evento e ressalto a sua importância no debate e na visibilidade que precisam ocorrer em torno do tema da economia popular solidária.

O desafio de trazer a temática para o âmbito da legislação estadual, referenciada no acúmulo teórico e prático dos movimentos sociais, foi para mim uma grande oportunidade de construir aprendizagens e consolidar relações.

Creio que os pontos primordiais na legitimidade da legislação são exatamente a sua capacidade de dialogar com a sociedade antes de ser formulada, a transparência e a abertura no processo de tramitação legislativa, a sua adequação à conjuntura das políticas públicas amplas e a sua intervenção na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Houve sem dúvida um grande esforço para que o projeto, hoje sancionado como Lei Nº. 12.823/2005, contemplasse todos esses requisitos e sobretudo a identidade e a sintonia com os anseios da sociedade.

Embora que limitadas pelas características da nossa sociedade e pelos limites dos poderes constituídos, as leis são instrumentos importantes na afirmação e na defesa de direitos de cidadania. Por isso os movimentos sociais precisam interagir com esses poderes, em especial com o Legislativo, para apresentar suas demandas e pressionar pelo seu atendimento.

Como nasceu e tramitou a Lei 12.823/05

A discussão da economia popular solidária, antes restrita à pesquisa acadêmica e às iniciativas do movimento social, ganha força estratégica e dimensão de política pública no governo do Presidente Lula. É verdade que as iniciativas antecedem a este

governo, mas sem dúvidas as chances de transformá-las em política de Estado cresceram muito neste último período.

Considero que a economia popular solidária, muito mais que uma temática, é uma intervenção organizada, com intencionalidades definidas no modelo de produção capitalista, de acumulação de lucro, de competição e de individualismo. Nosso desafio inicial foi incorporar essa concepção na letra da lei. Respeitar a formalidade e explicitar o viés político que o projeto de lei pretendia ter.

Neste aspecto foi de grande valia a discussão inicial do mandato com a ADS da CUT – Agência de Desenvolvimento Solidário, da Central Única dos Trabalhadores – que nos apresentou a demanda baseada no debate nacional. O próprio projeto de lei foi elaborado conjuntamente pelo gabinete e pela ADS.

Protocolado o projeto de lei, o mesmo foi distribuído nas Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças, de Administração e de Desenvolvimento Econômico.

O projeto foi muito bem acolhido pelas respectivas relatorias das comissões, gerou uma audiência pública e um substitutivo apresentado pelo Fórum Estadual de Economia Solidária, integralmente incorporado ao projeto original.

A perspectiva de envolvimento do Poder Executivo é explicitada, logo de início na ementa da lei: cria a política estadual de fomento a economia popular solidária, como também em vários dispositivos que compõem a sua estrutura.

Como a lei está estruturada

A Lei recebeu o número 12.823 e foi sancionada pelo governador em 06 de junho de 2005, com um veto e um erro de redação. O veto foi no parágrafo segundo do artigo 4º, inciso XVI, que dispunha sobre a capacitação dos empreendedores como atribuição do Poder Executivo. Como capacitação exige recursos e os parlamentares não podem legislar matérias que onerem as finanças estaduais, a justificativa do veto se apoiou nesse

dispositivo constitucional. O erro de redação, hoje corrigido, no artigo 3º, inciso XIII foi aprovado como; “construir um banco de dados de acesso público com o cadastro dos empreendimentos da economia popular solidária que cumpram os requisitos dessa lei, de entidade de fornecimento e de assessoramento.” A correção, que não pode ser feita por republicação, registra o termo correto: “[...] entidade de fomento e de assessoramento”.

A lei tem a característica de ser bastante detalhada e enseja pouquíssimas complementações e regulamentações, creio que apenas as referentes à criação do Fundo e do Conselho.

A estrutura da lei se distribui entre concepção, objetivos, finalidades, atribuições do poder público dentre outros itens.

Na primeira parte, do artigo 1º ao artigo 3º, trata-se fundamentalmente da concepção de economia popular solidária. Reforça-se a ementa e institui-se a política de fomento, para, em seguida, se descrever o conceito de economia popular solidária e enumerar os objetivos e as finalidades da lei.

Esta foi a parte mais desafiante da formulação, haja vista a necessidade de dar redação legal aos pensamentos, às idéias, trazendo para a forma da lei todo o conteúdo acumulado pelos movimentos sociais.

A partir do artigo 4º dispõe-se sobre as responsabilidades do poder público estadual, esfera sobre a qual a Assembléia Legislativa tem a competência de legislar.

Outro trecho da lei que quero destacar, entre os artigos 5º e 6º, é a definição do que são empreendimentos de economia popular solidária e o que pode ser caracterizado como tal. Na tramitação do projeto de lei os critérios de respeito às relações de gênero, etnia, raça, geração e os cuidados com a natureza e o meio ambiente chamaram muita atenção. Era como se nós estivéssemos idealizando uma realidade. Nas disposições que tratam dos mecanismos e dos instrumentos para viabilizar a economia solidária, fica patente a disputa que há de ser feita.

De um lado, o marco da produção capitalista se impondo com e sem lei. Do outro lado, uma alternativa que quer ser reconhecida como viável e se afirmar como política pública, legitimada pelas experiências dos movimentos sociais.

A parte final da lei dispõe sobre a criação do conselho multi-partite da economia solidária e a instituição do fundo financeiro. Ambas as iniciativas dependem de regulamentação, cuja competência é exclusiva do poder executivo. São pontos fundamentais para a aplicabilidade da lei: o conselho como órgão gestor e de controle social e o fundo financeiro para que se tenham, de fato, recursos para o fomento.

Aprendizagens e Desafios

Considero que o processo de construção e aprovação da lei que institui o programa de fomento à economia popular solidária em Pernambuco foi muito rico e participativo, além de ter sido o segundo estado do Brasil a aprovar uma lei desta natureza. Sinto-me honrada em ter sido um instrumento do movimento para fazer a discussão na Assembléia Legislativa.

Esta participação não só legitima a lei, como facilita a sua contribuição na prática social. Desta forma, o foco principal deste seminário, que é a conexão entre a prática e os estudos, está bastante contemplado no processo desta lei. Ela veio de uma reflexão sobre a prática, das exigências de ampliar as experiências e volta como instrumento fortalecedor desta prática. O binômio participação-legitimidade tem tudo para dar sustentação e visibilidade ao acúmulo construído pelas experiências das cooperativas, das incubadoras, dos núcleos de estudos.

Para algumas pessoas a economia solidária é uma “coisinha” pequena, que reúne algumas cooperativas, que reúne alguns trabalhadores para sobreviver e eventualmente vender a sua produção. Trazer essa discussão para o mundo legislativo foi muito importante e salutar.

Resta-nos ainda tirar os dispositivos da lei do papel, de forma integral. Isso significa criar e implantar o conselho e o fundo financeiro, dentre outras coisas.

Os versos de Carlos Drummond de Andrade dizem muito de uma lei como esta: “as leis não são tudo, porque os lírios não nascem das leis”. Os lírios são a nossa capacidade de organização, de resistência, de crença em um mundo melhor.

Eu desejo que os lírios da economia popular solidária sejam os lírios de muita dignidade, de muita parceria e de muita felicidade.

Eugênio Autran⁴¹

Agência de Desenvolvimento Solidário de Pernambuco - ADS-PE / CUT

A tarefa de debater essa lei é meio complicada. O que se pode fazer aqui é fortalecer alguns temas que a Deputada Teresa Leitão já apontou, desafios que a gente possa estar fazendo e dizer quem somos, quem é a Agência de Desenvolvimento Solidário. O pessoal pode falar como surgiu esse debate dentro do movimento sindical que no Brasil tem várias centrais sindicais e, por isso, tem várias concepções, é heterogêneo.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), é uma central sindical que tem uma realidade construída no princípio da democracia, da participação e da relação estreita com o direito do trabalhador, em defesa dos trabalhadores e da sociedade, como um todo. Em função disso, a CUT vem trabalhando ao longo da sua existência, Cooperativas que possam construir e fortalecer a participação da CUT na sociedade. A CUT tem vários programas, e um deles é este que estamos atuando aqui no Estado de Pernambuco, com o escritório de apoio e fomento à economia solidária e que acho que está dentro de um tema um pouco mais ampliado, o debate sobre o desenvolvimento. Para nós, a economia solidária está dentro da discussão do desenvolvimento.

Qual é a proposta que nós, trabalhadores, que representam a confecção da CUT, estamos querendo apresentar para a sociedade? Para nós o desenvolvimento tem que ser sustentável, local e solidário. Temos que começar a partir dos eventos da própria sociedade, se organizar a partir dela e para ela, obedecendo a essas características e com efetiva participação da sociedade nas propostas dos processos de desenvolvimento.

Estamos cansados de ver no Brasil, os modelos de desenvolvimento e programas vindo de gabinetes e essa economia solidária, a organização solidária é justamente para contrapor a essa

⁴¹ Técnico da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) de Pernambuco, entidade ligada a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

visão restritiva que classifica a sociedade em classe a, b e c, onde parte disso retém lucros que são propulsores do desenvolvimento e outra parte, apenas assessora a construção dessa concentração. Por isso, a gente apresentou essa proposta.

O próprio desenvolvimento tem que ter um processo econômico que retrate esse desenvolvimento e para nós, o modelo a que a CUT chegou é esse modelo da economia solidária, porque o Brasil se revela muito dentro do espaço da economia popular, onde lá está a maioria dos trabalhadores, informalizados, informais ou trabalhadores que atuam em pequenos empreendimentos, esse é um contexto mais claro, digamos assim, da economia popular.

Aqui no Brasil se revela muito isso, temos empreendimentos cooperativos, isso vem se revelando de quinze anos pra cá, empreendimentos mais fortes e também a luta pelas políticas públicas, para que a gente possa se instituir e poder exigir do poder público efetivamente que se envolva em fomentar o papel do estado para diminuir as desigualdades, deixando de lado os favores dos governantes.

Queremos que sejam equalizados, os problemas de diferenças sociais e econômicas através de leis, e que a sociedade possa exigir isso dos seus governantes. Essa lei tem essa pretensão, essa pequena pretensão é um movimento nacional que é mais importante, e mais importante ainda que a gente viu que há um importante canal nesse espaço da relação institucional com os movimentos.

Antes disso, os agentes e agências do movimento solidário do movimento dos trabalhadores ela surge num contexto de desemprego, fortemente na década de noventa, e os trabalhadores começam a intervir de forma a atuar no processo do desemprego.

A CUT como as outras centrais do Brasil sempre foi muito mais forte entre as categorias de trabalhadores formais e de serviço público. Tem muita força nesses segmentos, em particular no serviço público. Mas, como ela tem nos seus princípios a ação

de estreitar a relação de toda a classe trabalhadora, e partir de uma luta contra essas diferenças, sonhou e formulou um instrumento que colocasse o debate internamente dentro da CUT, porque esse debate, ele não é fácil nem para dentro da CUT.

A gente imagina uma sociedade muito mais organizada, muito mais participativa, muito mais democrática e mais solidária, inclusive nos aspectos econômicos que é o que mais nos preocupa, por que se diz que o que dói mais no ser humano é o bolso.

Então, o fator econômico é importante para a classe trabalhadora, também porque nesse ponto na esfera da CUT o trabalhador fica naquela briga, está havendo uma demissão em massa dos trabalhadores, o que fazer? Quase nada. Os trabalhadores procuram o sindicato, se faz um documento para poder reintegrar aqueles trabalhadores, enquanto a empresa diz: não dá pra fazer isso, porque eu tenho que competir no mercado e tenho que ajustar meus custos. Então, foi esse o cenário da CUT em que estava essa questão, quando surge a questão da economia solidária.

A informalidade, o crescente desemprego a partir da década de noventa. Como é uma Central Sindical, precisa atuar para que o movimento sindical se fortaleça, para que ela tenha essa idéia de representação, porque a democracia é isso. Você não tem pessoas que estão acreditando na sua concepção de idéias, você não vai existir do ponto de vista democrático. É aquela relação de força, de disputa de poder. Quem tem poder de reivindicação e sua reivindicação está enraizada dentro da sociedade, vence o debate.

Foi essa um pouco da idéia da CUT. A CUT vive também da idéia de que essa ação traga para dentro das suas trincheiras, outros trabalhadores que não sejam apenas trabalhadores formais. A CUT, também busca isso, fazer uma aliança com esses trabalhadores que até então a CUT não tinha observado. Alguns sindicalistas acham, por exemplo, que construir uma cooperativa

é na verdade compactuar com o capitalismo. Alguns têm essa visão. Nós achamos que não.

Para nós, o cooperativismo, hoje a CUT defende, é na verdade o processo dinâmico e histórico que está acontecendo no Brasil, importante, através da economia solidária que pode efetivamente mudar a ação do trabalhador/a, se ele/a apenas não fica no espaço da reivindicação pura e simples, mas ele/a atua no setor da produção, parte para gerir esse setor.

Um pouco do que é a CUT e a ADS. A ADS tem uma missão de construir empreendimentos solidários, é um texto teórico, evidentemente, que a gente construiu com a idéia de construir empreendimentos solidários, com uma visão de uma sociedade igualitária, democrática, porque uma entidade que não tenha essa visão, não processará efetivamente a sua ação.

A idéia é de como você poderia estar construindo o que essa lei na verdade aponta. Seriam empreendimentos que poderiam ser construídos, a partir de cadeias produtivas, empreendimentos, dando apoio no caso, de créditos e serviços, uma cadeia de produção sobre organização e serviços, estrategicamente inserida no contexto institucional, numa relação com entidades, governos.

Esse cenário seria o cenário perfeito como a gente imagina, para a construção dessa economia. Não é fácil você construir este cenário que a gente na nossa teoria interna da CUT imagina, é a construção dos complexos cooperativos. Um complexo de uma cadeia produtiva que coopera. Uma cadeia produtiva ela tem nos insumos, a matéria prima dos insumos e o escoamento e a produção disso e, a idéia é, por que há a construção desse complexo que na realidade é um arranjo local que realiza, digamos assim, torna real a ação da economia solidária, numa perspectiva de que esses elementos sejam coletivos, associados, cooperados, de autogestão e o elo da cadeia envolva todo o processo, que todos os elos da cadeia sejam envolvidos nessa questão, ou seja,

é uma ação de intervenção concreta para disputar com outros setores, inclusive com o capitalismo.

Nós não queremos fazer um desenvolvimento econômico que seja apenas para a subsistência, isso para nós não interessa. Por exemplo, um empreendimento como a Usina Catende é um empreendimento que tem potencialmente uma produção e reconhecimento internacional. O que diferencia o empreendimento da autogestão, da Usina Catende com os outros, é a sua forma de gestão, o debate que foi feito local, é a única usina de álcool de Pernambuco que está no Fórum Social Mundial. Então, está aí uma diferença que dá pra entender por que é que a gente está fazendo um esforço concreto. Mas, a idéia é um pouco fazer ainda alguns comentários em relação à lei.

A partir de meados da década de oitenta até mais para o final da década de noventa, começamos a apontar para um movimento, apesar da existência do movimento cooperativista desde do século XIX. Mas, entendemos que no movimento cooperativista, havia uma especificidade de que efetivamente ele interfere na economia, mas ele não tem essa percepção de intervir no processo de desenvolvimento, a partir da construção econômica.

Você vê que há cooperativas, há movimentos cooperativistas que atuam internacional e efetivamente, mas você não percebe o movimento cooperativista adotando postura de intervenção, de debate do modelo econômico. Esse é o desafio da idéia da economia solidária. E você vê que já existia há muitos anos no Brasil esse movimento da economia solidária, que não tinha do que era efetivamente esse movimento da economia solidária. Por isso que foi importante no Brasil toda a política pública de mapear a partir da observação anterior, da construção teórica e aí, a partir da percepção da economia e a partir dessa observação e da formulação teórica, se chegou ao fenômeno da economia solidária.

Os movimentos observaram isso e apoiaram, porque a proposta coincide com os anseios desses movimentos sociais. Porque antes o movimento da CUT, as ONG's já vinham construindo esse debate. Destaco, por exemplo, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), já vinha fazendo debates nacionais sobre isso e a gente toma pé da discussão nessa época, do final de 1999.

É interessante, porque com a capilaridade que o movimento sindical tem e com a proximidade que ele tem com os trabalhadores, fortaleceu. E efetivamente quando você junta a classe trabalhadora e ela começa a formular, você percebe avanços, haja vista a participação na redemocratização do país, na década de setenta, com a classe trabalhadora enfrentando o regime da ditadura naquela época.

O Fórum Mineiro de Economia Solidária, que foi quem primeiro começou a pincelar a discussão de efetivamente se instituir uma legislação. A partir da nossa relação, e a CUT é muito capilar, deve estar em todas as categorias de trabalhadores e, evidentemente, participou desse debate da construção dessa legislação a partir do Fórum Mineiro.

Nós, na discussão nacional percebemos que tínhamos uma tarefa: A tarefa era construir esse movimento no Brasil todo, constituir legislações que pudessem fortalecer o lado institucional. Para nós foi importante porque com o advento do novo governo, do governo Lula, logo de início se instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Isso deu mais força ainda e mais uma vez no Fórum Brasileiro e nos Fóruns Estaduais a pressão das categorias de trabalhadores que estavam lá presentes.

Foi assim, mais ou menos, que surgiu, que tivemos um contato, porque conhecíamos o trabalho, tínhamos a experiência do Fórum Pernambucano da Economia Popular Solidária que é um dos fóruns mais atuantes do Brasil, haja vista que tem um estímulo também a partir da Prefeitura do Recife.

Não podemos deixar isso fora do debate. Também começamos a fazer esse movimento aqui, da construção do fórum; deputados participando e também empreendedores atuantes. Nesse debate é importante dizer que a CUT é uma entidade de apoio a esse movimento e que nós pretendemos que os fóruns de empreendedores participem efetivamente, decidam, elaborem e estejam atuando para que isso se concretize.

Essa formulação teve a participação efetiva de uma construção sólida da deputada Teresa Leitão com o movimento sindical. Não poderíamos perder a oportunidade de implementarmos isso na Assembléia Legislativa, possuindo esse mandato.

Várias relações políticas foram feitas e percebíamos que, às vezes, o movimento da direita, ou seja, das pessoas que tem idéias mais capitalistas, mesmo dentro do movimento cooperativista, tinham ações de direita, do capitalismo.

Colocamos em prática uma tática, a de corrermos com esse programa para não deixarmos brecha para que essa direita pudesse apresentar, como está fazendo em outros estados, legislações alternativas, porque também há um debate nacional sobre a legislação do cooperativismo que bate com essa questão da democratização desse espaço de ação do trabalhador.

A deputada Teresa Leitão abraçou a luta, efetivamente, dessa lei. Para surpresa daqueles que não acreditam que isso esteja já dentro da sociedade, a lei passou tranqüila, com pequenas modificações aqui em Pernambuco. E agora parece que estão correndo atrás, alguns atores outros, procurando a Assembléia Legislativa para apresentarem alternativas. Mas, agora já fica difícil para eles apresentarem propostas contraditórias, já fica mais complicado.

A história da construção dessa lei, pressupõe também a participação da sociedade e para nós, é prioritário. Foi uma idéia da assessoria do gabinete. A assessoria jurídica quando colocou a história da constituição do Conselho Estadual de Economia

Solidária, vocês verão quando receberem, há também a história de um fundo financeiro. A novidade foi essa, bota, não bota, vamos botar com essa redação aqui porque a gente sabe que se devolverem, a gente passa com o fundo financeiro. A questão é fazer que essa lei chegue a todas, e todos do estado, deve a nós a promoção do desenvolvimento da economia solidária. O estado, não estamos pensando em nenhum governo, apenas na obrigação do poder estatal de fazer isto. E multiplicar isso, como tem sido exemplo na cidade do Recife e em Afogados da Ingazeira. Multiplicar isso, principalmente existindo recursos para efetivá-lo.

O Fórum Pernambucano da Economia Popular Solidária tem que fomentar essa lei, ele tem que existir em todos os locais do Estado.

Do ponto de vista das políticas públicas que favorecem a lei a gente tem um relatório institucional do governo federal, o que nos fortalece no sentido de implementar políticas e programas. Agora do ponto de vista do corpo é que, por exemplo, as pessoas, os funcionários públicos que atuam aqui em Pernambuco, na direção do emprego e renda não conhecem, não sabem como conduzir os conceitos e propostas da economia solidária. Inclusive, já nos chamaram, várias vezes, na comissão de empregos porque eles não sabem por em prática, e realmente, compreender o que seja a Economia Solidária.

O esforço também está dentro do aparato público, é preciso capacitarmos os companheiros e companheiras do serviço público, para nos ajudar a implementar. Diferente, por exemplo, do caso da prefeitura de Afogados e de Recife, que já vêm acumulando e formando, e nós sabemos que não se estabelece uma mudança de cultura da noite para o dia.

O que estou querendo dizer com isso? Nós temos que estar o tempo todo instigando, interferindo, buscando o poder público, desafiando, para implementação das Políticas públicas. Esse é

um aspecto que a largada já está dada, os desafios temos que construir, os desafios de luta, de formas de luta, um deles é a maior participação dos empreendimentos ou dos empreendedores. O outro é que fortaleça o espaço público e democrático de construção, que é o conselho.

Fortalecendo, também, nacionalmente a construção do conselho, não estaremos com debilidade na participação democrática dos trabalhadores que atuam no fortalecimento da economia solidária.

Neste debate, estamos com algumas agendas para construir um modelo de conselho e a idéia é uma coisa que a Deputada Teresa Leitão vem levantando e vimos apoiando. É a idéia de diálogo, ou seja, a função consensuada do conselho, tentando buscar no poder público e em seus representantes atuais para a construção de um conselho que possa efetivamente exercer e ter no seu âmbito, as diversidades que representam essa lei, e o passo seguinte é vincular isso a uma política que a gente já acertou, mais ou menos, dentro do aparato público que é na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Cidadania. E tem um programa de trabalho que fortalece isso para nós, é o programa que vem do FAT, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, ele tem recurso também que fortalece esse nosso diálogo.

Um outro instrumento importante é o apoio que a DRT vem dando à questão da economia solidária, quer dizer, eu estou falando um pouco dos aparatos públicos e da relação com a lei e o nosso papel nisso, que é o de fortalecer o fórum, divulgar a lei o máximo que nós pudermos, intervir nos poderes locais, para serem implementadas, são os desafios e acho que é o nosso papel para construirmos uma sociedade diferente.

Do ponto de vista de alguns instrumentos, tem um que percebemos muito importante para nós, foi o mapeamento aqui em Pernambuco, e o Nacional é um instrumento para todos e todas se inteirarem e integrarem, procurando estimular a

ampliação desses empreendedores e dessa economia, solidária. É um instrumento importante.

Do ponto de vista da legislação, é aquilo que a Deputada Teresa Leitão já apresentou, tivemos o cuidado nos debates no Fórum Estadual de visualizar os aspectos da diversidade, do compromisso do estado, o que é que o estado deve fazer pra construir os elementos que compõem a economia solidária, os seus princípios, e quais as características de empreendimento da economia solidária. Precisamos intervir para que ela seja colocada em prática, porque ela tem, para nós da Central Única dos Trabalhadores, perspectivas de futuro, com uma economia diferente. Não esgotamos o debate, mas instigamos para que continuemos caminhando, escutando as instituições, os empreendedores e todos e todas, pois acho que é importante que o debate prossiga, Solidário.

Rosana Pontes⁴²

Fórum de Economia Popular Solidária de Pernambuco

O Fórum de Economia Popular Solidária de Pernambuco vem desde o ano de 2001, onde começaram as articulações em torno do tema economia solidária no estado. Inicialmente, em Recife, participaram dessa articulação ONG's, empreendedores (as) econômicos solidários e a gestão municipal. Estiveram presentes também, empreendimentos de outras regiões do estado, como, por exemplo, a Usina Catende, dando desde o início um caráter estadual.

Na primeira gestão de João Paulo⁴³ na Prefeitura do Recife (2001), com a criação da Diretoria de Economia Solidária da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, se deu início pela primeira vez no estado, a ações do governo municipal voltada para Economia Solidária.

No primeiro Fórum Social Mundial, o movimento em nível nacional, através da Rede Brasileira de Economia Solidária posiciona-se ao futuro governo sugerindo através de uma carta ao Presidente Lula, a criação de uma secretaria na estrutura administrativa do governo. Assim foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Nesse ínterim foi instalado também o Fórum Brasileiro da Economia Solidária – FBES.

Desde o início deste do FEPS-PE, participam dessas articulações os três segmentos: gestor público, assessorias ou ONG's e os empreendedores (as). Salientamos a participação dos empreendedores (as) em todos os processos do fórum.

Das ações que foram realizadas pelo Fórum de Economia Solidária, destacamos:

⁴²Empreendedora solidária do Artana e Cia. e representante dos empreendimentos no Fórum Pernambucano da Economia Popular Solidária.

⁴³ Prefeito de Recife, capital do Estado de Pernambuco, eleito para um primeiro mandato de 2001 a 2004 e reeleito para um segundo mandato de 2005 a 2008.

- Em 2003 - plenária estadual na CHESF, delegação para plenária nacional;
- I Festival de Economia Popular Solidária de PE;
- Em 2004 - plenária estadual na UFRPE, delegação para o encontro nacional de empreendedores (as) da economia solidária;
- Implantação da Coordenação Estadual do FEPS-PE;
- II Festival de Economia Popular Solidária de PE;
- Em 2005 – várias reuniões itinerantes da coordenação estadual;
- III Festival de Economia Popular Solidária de PE.

Desde o primeiro momento, o Fórum de Pernambuco sempre esteve representado nos eventos nacionais, e internacionais.

Na formação do Fórum Brasileiro, Pernambuco estava com dez representantes. Ficando definido que cada fórum estadual teria três representações na composição do FBES, uma assessoria e dois empreendimentos.

Aqui em Pernambuco, (antes do I Festival), houve duas feiras de economia solidária em Recife, em Casa Amarela e depois com expansão do fórum, a Feira transformou-se em Festival. Participando empreendimentos de todas as regiões do Estado. As ONG's foram interiorizando a visão do que é economia solidária e trazendo a participação dos empreendedores das outras regiões para o Fórum.

Aconteceram três Festivais na Região Metropolitana. A participação dos empreendimentos das outras regiões vem aumentando, o que é muito gratificante para nós. No ano passado (2005), houve o Primeiro Festival de Economia Popular Solidária do Pajeú, realizado na cidade de Afogados da Ingazeira.

No Encontro Nacional de Empreendimentos da Economia Solidária, lá em Brasília, no ano de 2004, a nossa delegação tinha

mais de cento e vinte delegados escolhidos nas cinco regiões do estado.

Nesses encontros regionais, em que se discutem as atividades e as ações em comum, houve um momento que despertou-nos à necessidade de se institucionalizar, e se criou uma coordenação para o Fórum de Economia Popular Solidária de Pernambuco, no ano de 2004.

Esta coordenação tem representantes de todas as regiões, do Sertão, do Agreste, das Zonas da Mata Norte e Sul e da Região Metropolitana e se reúne a cada três meses.

Essa coordenação também segue o mesmo critério das três representações, onde tem gestor público participando, fica um gestor público, uma assessoria e dois empreendimentos. Onde ainda não tem gestor público participando, organiza-se entre dois empreendimentos e duas assessorias.

É importante buscar sempre, a participação maior de empreendimentos, conseguir os dois terços de empreendimentos, garantindo este percentual tanto na representação brasileira quanto no Fórum de Pernambuco.

Gostaria de também destacar que no mapeamento Fórum esteve sempre presente com os três segmentos na equipe gestora estadual.

A lei estadual de fomento a economia solidária, foi criada através de um entendimento entre a ADS/CUT e o gabinete da deputada Teresa Leitão, quando o projeto de lei ficou pronto, houve uma articulação com a sociedade civil através do fórum, numa audiência pública.

Conseguimos, na época, um tempo para estudar o projeto de lei. Inicialmente não estavam presentes todos os representantes, fizemos reuniões com empreendimentos e assessorias, ampliamos o debate e voltamos em outra audiência ao gabinete da deputada.

A ADS/CUT por fazer parte do fórum, já tinha levado os princípios da economia solidária e feito uma boa participação.

Mas, queria fazer uma consideração sobre a lei, porque ela tem coisas que realmente garantem a viabilidade dos empreendimentos de economia solidária, mas ao mesmo tempo, a gente vê, que muitas pessoas do sistema capitalista estão usando esse nome “solidário”, às vezes, divulgando e se apropriando disso com bem mais vantagens que nós, Empreendimentos Solidários.

O que eu queria saber era em que realmente, e como os empreendimentos que participam do Fórum da Economia Solidária vão poder usufruir; o que a lei oferece? Para que ela realmente sirva e apóie aqueles empreendimentos que realmente são da economia solidária e que participam, não necessariamente ou obrigatoriamente do fórum, mas do movimento como um todo.

Um dos objetivos que está aqui no artigo terceiro, o primeiro será trabalho e renda depois, não aqui nessa ordem, mas a formação e o registro dos empreendimentos da economia popular e solidária. O quinto: reduzir a vulnerabilidade e no sexto, consolidar os empreendimentos que tenham potencial de crescimento.

Nos debates e reuniões que fiz com empreendimentos, a primeira preocupação nossa é de como é que vai ser? dito isso, reduzir a vulnerabilidade e prevenir a falência do empreendimento, e, logo no seguinte, consolidar os empreendimentos que tenham potencial de crescimento.

Na conversa que o FEPS-PE teve com o Secretário de Planejamento do Estado, da qual eu participei também, foram levantados alguns pontos: Se só os empreendimentos que atendam os critérios que o governo do estado coloca, forem atendidos, a maioria dos empreendimentos do Fórum de Economia Popular Solidária serão excluídos. Essa foi uma preocupação levantada, a professora Ana Dubeux⁴⁴ ressaltou que 70% dos empreendimentos

⁴⁴ Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Pernambuco e Coordenadora da Incubacoop/UFRPE

que ela tinha pensado, também já tinham sido descartados, e a preocupação continuou.

Temos que achar um jeito para que o termo “consolidar os empreendimentos com potencial de crescimento” não seja uma barreira para que empreendimentos menores, que estão à margem da sociedade se desenvolvam e sim, que tenham o apoio potencial pra se desenvolver.

O outro item: “Proporcionar associação entre pesquisadores, parceiros e empreendimentos”, isso é fundamental porque muitas vezes os empreendimentos são pequenos. O empreendimento por si só não dá condições de desenvolver em todos os setores. Se associar a esse processo de pesquisa, será importante, porque deve consolidar uma cultura empreendedora baseada nos valores da economia solidária.

Levar os princípios da economia solidária, do empreendedorismo, à educação. Levando assim, nos ajuda, pois temos que fazer duplo papel, levar esses princípios na prática e na teoria. Eu lembro uma vez que minha filha chegou em casa chateada, porque na tarefa dela estava escrito: Qual a profissão dos pais? Ela disse: Minha mãe e meu pai trabalham em casa, eles produzem, eles fazem artesanato, eles são artesãos. Foi questionado, o seu pai, antes, trabalhou em quê? Sua mãe, antes trabalhou em quê? Naquela função de quê, ou você é patrão ou você é dono de alguma coisa ou você é empregado. Então ela disse: Meus pais são artesãos, é disso que a gente vive, e pronto!

Agora, isso para uma criança, na época estava com oito anos de idade, é forte, até porque ela chegou em casa preocupada com isso. Era certo ou errado o que fez. O que deveria ter respondido naquele momento. Uma cultura empreendedora na nossa educação formal da escola, não existe. Somos criados/as para sermos muito mais empregados do que patrão, não é?

E finalmente, “criar instrumentos que permitam controle social”, isso é fundamental, tanto que veio junto com a lei, a proposta da criação do Conselho, nós estamos juntos com o

gabinete da deputada, discutindo uma proposta de Regimento e mesmo nessa discussão, continuamos com essa perspectiva que se consiga encontrar os outros participantes do governo no conselho, novamente.

Sabemos que não é fácil, que já há articulações vindas da OCEPE no Estado para determinar isso e sabemos que mesmo na parte social vai ter empreendimentos ligados a esses outros que vão estar participando junto aos empreendimentos da economia solidária e que esse movimento vai ter que estar realmente unido, forte, deixar de ser empreendimento gestor e assessoria para ser forma de economia solidária para que a gente consiga realmente ter voz. Fica difícil você ter essa unidade.

Queria levantar a reflexão sobre a Lei. Quero colocar também que dentro do site do Fórum Brasileiro de Economia solidária tem uma janela para os Fóruns Estaduais. Cada Estado tem autonomia para desenvolvê-los. Pernambuco tem que começar a fazer isso.

Lá estão registrados os três representantes do Fórum de Economia Popular Solidária de Pernambuco e Fórum Brasileiro de Economia Solidária, e toda agenda, documentos, fotos e qualquer outra informação que o Fórum adicionar.